cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2024.03.22 06:12:50 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 22 de março de 2024 • Nº 1768 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CÓDIGO FLORESTAL

PL que afeta biomas pode destruir 48 mi de hectares

Organizações da sociedade civil alertam que a aprovação do Projeto de Lei (PL) 364/19, que altera o Código Florestal, vai deixar desprotegidos cerca 48 milhões de hectares de campos nativos em todo o país. A proposta foi aprovada na quarta-feira, por 38 votos favoráveis e 18 contrários, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, em caráter conclusivo. Isto significa que se não houver recurso para votação no plenário, o texto seguirá para apreciação no Senado. O projeto altera o Código Florestal para considerar como áreas rurais consolidadas as formas de vegetação nativa "predominantemente não florestais, como campos gerais, campos de altitude e campos nativos". Área rural consolidada é uma categoria prevista pelo código que que permite exploração da área mediante comprovação de uso antrópico (pelo homem) anterior a 22 de julho de 2008. PÁGINA 5

RECEITA

Arrecadação de fevereiro bate recorde com R$ 186,52 bilhões

Beneficiada pela recuperação da economia e pela tributação de super-ricos, a arrecadação federal bateu recorde em fevereiro. No mês passado, o governo federal arrecadou R$ 186,522 bilhões em tributos, alta de 12,27% acima da inflação oficial em relação a fevereiro do ano passado. Os dados foram divulgados ontem pela Receita Federal. Em valores corrigidos pela inflação, essa foi a maior arrecadação para meses de fevereiro desde o início da série histórica, em 1995. Nos dois primeiros meses do ano, o governo arrecadou R$ 467,158 bilhões, 8,82% a mais que no mesmo período de 2023, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Em vigor desde dezembro, a tributação do estoque de rendimentos de fundos exclusivos, instituída pela lei que taxou os super-ricos, reforçou os cofres federais em R$ 4 bilhões. PÁGINA 2

VITÓRIA DO GOVERNO

/ABRASIL

Supremo anula julgamento de 'revisão da vida toda' do INSS

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 7 a 4, anular a decisão sobre a chamada "revisão da vida toda" do INSS. A anulação ocorreu por via indireta, porque os ministros não chegaram a avaliar a ação que trata sobre a revisão. A justificativa é uma questão processual. A maioria entendeu que, com base no julgamento realizado ontem, que validou a lei que instituiu regra de transição para o cálculo do benefício, o segurado não pode optar pela regra que lhe for mais favorável. Votaram nesse sentido os ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Luiz Fux, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Kássio Nunes Marques. PÁGINA 2

SÃO PAULO

Centro sofre apagão pelo terceiro dia em uma semana

Os comerciantes do calçadão do centro histórico de São Paulo, próximo da Rua 25 de Março, principal ponto de comércio popular da cidade, enfrentaram ontem mais um dia com falta de energia. Este foi o segundo episódio, em menos de uma semana, em que eles relataram problemas com a falta de luz. Ontem, a reportagem da *Agência Brasil* passou pela Rua XV de Novembro, no centro histórico, e constatou que havia muitos estabelecimentos comerciais sem energia, entre os quais o Centro de Distribuição de Títulos e Documentos de São Paulo (CDT), central digital de cartórios da capital. Segundo funcionários do local, a luz acabou por volta das 13h e, até as 14h30, ainda não tinha voltado. A falta de energia afetou diversos restaurantes da região, como o Bovinus Churrascaria XV de Novembro, que, mesmo sem energia, estava servindo os clientes. Segundo o gerente Elio Rodighery, a falta de energia começou por volta das 12h30, horário de pico. PÁGINA 6

AGENTE CORRUPTO

MPF denuncia Silvinei por fraude na compra de blindados para PRF

AGÊNCIA SENADO

A Procuradoria da República no Rio de Janeiro denunciou o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques e mais sete investigados por suposta fraude em licitação e em contratos para compra de 15 viaturas operacionais blindadas 'inservíveis'. A vencedora do pregão foi a empresa Combat Armor Defense, cujos sócios também foram denunciados. O Ministério Público Federal ainda requer a prisão preventiva dos empresários. Também são acusados: os policiais rodoviários que deram início à licitação, com a elaboração de estudos técnicos preliminares e do documento de oficialização da demanda; o pregoeiro que aprovou a proposta. PÁGINA 5

Margem Equatorial

Produção de petróleo pode criar 326 mil empregos

A produção de petróleo na Margem Equatorial brasileira tem potencial para criar 326.049 novos empregos formais. Os dados foram levantados pelo Observatório Nacional da Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em estudo inédito sobre o tema, que aponta ainda que a extração pode adicionar R$ 65 bilhões ao PIB nacional e acrescentar R$ 3,87 bilhões à arrecadação indireta. De acordo com a CNI, os cálculos do estudo tiveram como base o sistema de contas regionais do IBGE de 2019, para isolar eventuais distorções por causa da pandemia. A simulação considerou que cada Estado produzirá as máquinas e equipamentos necessários para a produção de petróleo. PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: -0,75% / 128.158,57 / -966,26 / Volume: R$ 21.737.873.835 / Negócios: 3.162.868

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
MARFRIG ON NM	10.30	+2.69	+0.27
WEG ON NM	39.43	+1.55	+0.60
SAO MARTINHOON NM	28.89	+1.94	+0.55
TRAN PAULISTPN N1	25.26	+1.53	+0.38
SLC AGRICOLAON NM	19.65	+1.66	+0.32

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
COGNA ON ON NM	2.37	–11.90	–0.32
CVC BRASIL ON NM	3.39	–5.04	–0.18
RAIZEN PN N2	3.520	–2.49	–0.090
P.ACUCAR-CBDON NM	3.08	–2.84	–0.09
CASAS BAHIA ON NM	7.810	–3.10	–0.250

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	35.70	–2.72	–1.00
ITAUUNIBANCOPN N1	34.44	–1.03	–0.36
VALE ON ED NM	61.66	–0.24	–0.15
VIVARA S.A. ON NM	24.65	–7.88	–2.11
RUMO S.A. ON NM	22.20	+0.45	+0.10

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	39.512,13	+1,03
NASDAQ Composite	16.369,407	+1,25
CAC 40	8.161,41	-0,48
FTSE 100	7.737,38	-0,01
DAX	18.015,13	+0,15
Ftse Mib	34.293,29	+0,09

Salário mínimo	R$ 1.412,00	**IGP-M**	-0,52% (fev.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,83% (fev.)	Compra: 5,4689	Venda: 5,6489
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(01/02)	11,25%	(01/02)	11,15%	Compra: 4,9807	-0,62%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(22/03)	0,5654%	BM&F/grama	R$ 349,26	Compra: 4,9786	Venda: 4,9792
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(22/03)	0,0651%	Compra: 5,4053	Venda: 5,4059	Compra: 4,9973	Venda: 5,1773

Economia

MERCADOS

Bovespa recua 0,75% aos 128,1 mil pontos; dólar fecha a R$ 4,9793

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) devolveu ontem, parte dos ganhos da véspera, em sessão marcada pela reação dos mercados ao tom mais duro adotado na quarta-feira pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

No fim do dia, o Ibovespa (Índice Bovespa) havia caído 0,75%, para 128.158,57 pontos. Das 87 ações que compõem a carteira teórica do índice, 54 caíram. Ele chegou a avançar logo após a abertura, quando tocou a máxima de 129.555,91 pontos (+0,33%), mas inverteu o sinal ainda pela manhã. Na mínima, desceu até os 128.125,05 pontos (-0,8%). O giro financeiro foi de R$ 21,6 bilhões.

O ajuste de apostas sobre o tamanho e a velocidade da redução dos juros no Brasil deu o tom dos mercados. Na quarta, o Copom diminuiu a taxa Selic em 0,5 ponto porcentual, de 11,25% para 10,75%, e sua comunicação, passando a indicar novo corte de mesma magnitude só na "próxima reunião" - e não nas "próximas reuniões", no plural, como vinha mantendo desde o início do ciclo, em agosto passado.

No setor financeiro, os destaques negativos foram Itaú Unibanco PN (-1,03%) e B3 ON (-2,75%, na mínima). No de consumo, aparecem as cinco maiores quedas do Ibovespa: Cogna ON (-11,9%), CVC ON (-5,04%), Casas Bahia ON (-3,1%), Magazine Luiza ON (-2,93%) e Pão de Açúcar ON (-2,84%). Petrobras (PN -2,72%, ON -2,04%).

Na ponta positiva, as maiores altas ficaram com Marfrig ON (+2,69%), São Martinho ON (+1,94%), LWSA ON (+1,85%), SLC Agrícola ON (+1,66%) e Weg ON (+1,55%).

DÓLAR

Após passar a tarde com oscilações bem contidas, operando ao redor da estabilidade, o dólar à vista ganhou um pouco de força no mercado doméstico na última hora de negócios desta quinta-feira. Com mínima a R$ 4,9509 e máxima a R$ 4,9858, ambas pela manhã, o dólar à vista encerrou a sessão cotado a R$ 4,9793, em alta de 0,1%.

Na semana, a divisa ainda acumula baixa de 0,37%.

FEVEREIRO

Com R$ 186,52 bilhões, arrecadação bate recorde

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Beneficiada pela recuperação da economia e pela tributação de super-ricos, a arrecadação federal bateu recorde em fevereiro. No mês passado, o governo federal arrecadou R$ 186,522 bilhões em tributos, alta de 12,27% acima da inflação oficial em relação a fevereiro do ano passado.

Os dados foram divulgados ontem pela Receita Federal. Em valores corrigidos pela inflação, essa foi a maior arrecadação para meses de fevereiro desde o início da série histórica, em 1995.

Nos dois primeiros meses do ano, o governo arrecadou R$ 467,158 bilhões, 8,82% a mais que no mesmo período de 2023, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Em vigor desde dezembro, a tributação do estoque de rendimentos de fundos exclusivos, instituída pela lei que taxou os super-ricos, reforçou os cofres federais em R$ 4 bilhões apenas em fevereiro. Ao considerar os dois primeiros meses do ano, a medida arrecadou R$ 8,1 bilhões.

Instrumentos personalizados de investimentos, com um único cotista, os fundos exclusivos exigem pelo menos R$ 10 milhões de entrada e taxa de manutenção de R$ 150 mil por ano. A lei que mudou a taxação desses fundos permitiu o pagamento de alíquota de 8% para quem antecipasse a regularização dos bens no fim do ano passado, em quatro parcelas. Quem não optou pela antecipação pagará 15%.

RECUPERAÇÃO

A recuperação da economia ajudou a elevar a arrecadação. O Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) arrecadou R$ 39 bilhões em fevereiro, com crescimento de R$ 21,37% acima da inflação (R$ 6,9 bilhões) na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Tributos que incidem sobre o faturamento das empresas, o PIS e a Cofins estão ligados às vendas e a recomposição das alíquotas dos combustíveis. Dos R$ 6,9 bilhões de crescimento em fevereiro, R$ 3,75 bilhões referem-se à reoneração dos combustíveis; e R$ 3,15 bilhões, ao crescimento das vendas de bens e de serviços.

A recuperação do mercado de trabalho também ajudou no recorde da arrecadação. A receita da Previdência Social somou R$ 50,3 bilhões em fevereiro, com crescimento de 4,74% acima da inflação. Esse resultado se deve ao crescimento real de 6,47% da massa salarial.

DESONERAÇÕES

Em fevereiro, o governo federal deixou de arrecadar R$ 10,184 bilhões por causa de desonerações tributárias. O valor representa queda em relação a fevereiro do ano passado, quando R$ 12,683 bilhões não entraram no caixa da União.

As principais fontes de renúncia do governo federal no mês passado foram as desonerações de Imposto sobre Produtos Industrializados (-R$ 170 milhões); da tributação sobre lucro presumido (-R$ 149 milhões); entidades beneficentes (-R$ 115 milhões); da folha de pagamento para o transporte coletivo (-R$ 55 milhões) e sobre a cesta básica (-R$ 55 milhões). Os demais benefícios fiscais totalizaram R$ 9,64 bilhões.

Petróleo

Produção na Margem Equatorial pode criar 326,04 mil empregos

SANDRA MANFRINI/AE

A produção de petróleo na Margem Equatorial brasileira tem potencial para criar 326.049 novos empregos formais. Os dados foram levantados pelo Observatório Nacional da Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em estudo inédito sobre o tema, que aponta ainda que a extração pode adicionar R$ 65 bilhões ao PIB nacional e acrescentar R$ 3,87 bilhões à arrecadação indireta.

De acordo com a CNI, os cálculos do estudo tiveram como base o sistema de contas regionais do IBGE de 2019, para isolar eventuais distorções por causa da pandemia. A simulação considerou que cada Estado produzirá as máquinas e equipamentos necessários para a produção de petróleo, o que demandaria quantitativos de mão de obra de acordo com o volume de produção de cada Estado. O estudo também assumiu que todo o petróleo obtido será exportado.

A CNI projetou os impactos econômicos e sociais da produção de petróleo em cada um dos Estados que fazem parte da Margem Equatorial - Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amapá. Para isso, considerou a estimativa de exploração de um poço por Estado, com capacidade de 100 mil barris por dia, ao preço do barril de US$ 80, com uma taxa de câmbio de R$ 4,93.

FAZENDA

Estudo para desonerar setor produtivo do País está sendo finalizado

FERNANDA TRISOTTO E GIORDANNA NEVES/AE

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, afirmou ontem, que a equipe econômica está finalizando um estudo sobre a política de desoneração dos 17 setores da economia. O tema, segundo ele, é prioritário por envolver um gasto expressivo sem previsão de compensação de perda de receita.

Ele disse ainda que a equipe econômica está mantendo diálogos com municípios e vai apresentar uma alternativa para a proposta aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado que reduz a contribuição previdenciária das prefeituras.

Mello reforçou que é também fundamental apresentar uma medida de compensação para essa política. "Vamos encontrar o melhor desenho possível dentro do espaço fiscal existente", disse, ao reforçar que o cumprimento da meta primária de déficit zero depende do esforço coletivo dos Poderes em buscar equilíbrio.

Segundo ele, a política de desoneração precisa ter um desenho mais efetivo para melhorar a eficiência do gasto público.

O secretário disse que buscará um acordo político que seja capaz de melhorar o desenho da política pública sem descuidar do equilíbrio fiscal. "Assim como em 2023, contamos com o parlamento para busca do equilíbrio fiscal", ponderou.

SETOR AÉREO

Guilherme Mello ainda afirmou que, até o momento, não há nenhuma política pública definida ou sendo desenhada especificamente para o setor aéreo. "Há desejo de entender a situação de cada setor para avaliar formulação de política pública", esclareceu, ao ser questionado sobre o tema.

O secretário disse que a equipe econômica tem conversado com empresas do setor aéreo para entender os desafios e, assim, formular um diagnóstico.

Ele ressaltou, no entanto, que há obstáculos no financiamento para o segmento por causa da dificuldade das empresas de oferecerem uma garantia de crédito.

As empresas aéreas têm pleiteado junto ao governo medidas emergenciais para melhorar as contas, como linhas de crédito especiais. As discussões atuais passam, no entanto, pela reformulação do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) ou da criação de um novo fundo para que o setor possa ter garantia para empréstimos.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já afirmou que qualquer ação emergencial não envolverá recursos do Tesouro Nacional.

SETOR AGROPECUÁRIO

O secretário afirmou ainda nesta quinta-feira que, além do Plano Safra, a equipe tem conversado sobre possíveis medidas a serem direcionadas aos produtores do setor agropecuário que tomaram empréstimos quando os preços estavam mais altos.

Ele reforçou que, qualquer política que seja adotada, será dentro do Orçamento disponível para o Plano Safra. "Dentro do orçamento do Plano Safra atual e do próximo Plano Safra, estamos vendo como desenhar as melhores políticas para atender os produtores", disse.

VITÓRIA DO GOVERNO

STF anula julgamento revisão da vida toda do INSS, avaliado em R$ 480 bi

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 7 a 4, anular a decisão sobre a chamada "revisão da vida toda" do INSS. A anulação ocorreu por via indireta, porque os ministros não chegaram a avaliar a ação que trata sobre a revisão. A justificativa é uma questão processual.

A maioria entendeu que, com base no julgamento realizado ontem, que validou a lei que instituiu regra de transição para o cálculo do benefício, o segurado não pode optar pela regra que lhe for mais favorável. A decisão livra a União de um impacto estimado em R$ 480 bilhões para as contas públicas

Votaram nesse sentido os ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Luiz Fux, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Kássio Nunes Marques.

Um advogado ouvido pelo Grupo Estado e que está acompanhando o julgamento avaliou a decisão como um "absurdo processual". "Vão destituir uma decisão já tomada por golpe de processo", afirmou.

ENTENDA

Embora o objeto do julgamento realizado ontem fosse o fator previdenciário, já era consenso que essa regra seria declarada constitucional, dada a jurisprudência do Supremo sobre o tema até agora. O foco da discussão girou em torno do impacto deste julgamento na decisão sobre a revisão da vida toda, quando o Supremo reconheceu o direito dos segurados de optar pela regra mais vantajosa para o cálculo do benefício.

Isso porque, dentro da mesma lei que instituiu o fator previdenciário, também está a regra de transição que estabeleceu que apenas as contribuições após julho de 1994 seriam contabilizadas no benefício.

No julgamento da revisão da vida toda, os ministros entenderam que essa regra de transição seria opcional, e que os segurados devem ter o direito de escolher a regra geral, se ela lhes for mais favorável.

No entendimento da maioria dos ministros, uma liminar proferida pelo Supremo há 24 anos já reconhecia a constitucionalidade da regra de transição. Por isso, o julgamento da revisão da vida toda sequer poderia ter permitido que os segurados optassem pela regra geral.

PETROBRAS

Plano é adicionar 5 GW de energia renovável até 2028

GABRIEL VASCONCELOS/AE

O gerente-executivo de Gestão Integrada de Transição Energética da Petrobras, Cristiano Levone, disse ontem que a Petrobras planeja adicionar 5 gigawatts (GW) de capacidade de geração de energia renovável em seu portfólio até 2028. Hoje, disse Levone, a empresa pode gerar até 5 GW advindos de termelétricas. A ideia, portanto, é usar fontes limpas para dobrar essa capacidade.

A maior parte dessa nova energia a ser gerada pela Petrobras, disse Levone, virá de novas usinas eólicas onshore e fotovoltaicas a serem compradas e desenvolvidas pela estatal nos próximos anos. "Há interesse em projetos greenfield ou brownfield, mas com potencial de crescimento", disse Levone.

Segundo o executivo, a Petrobras avalia "dezenas" de projetos de geração eólica onshore para investir em conjunto com outras empresas naturais do setor. "Não está nos planos ir para fora do Brasil (em renováveis) no momento. O foco é no Brasil e em parcerias, porque é um mercado com regulação e isso (parcerias) eliminaria barreiras de entrada", continuou.

As declarações vêm na linha do que já disse o diretor de transição energética e sustentabilidade da estatal, Maurício Tolmasquim.

Levone falou durante o seminário "Transição Energética e Investimento da Infraestrutura", organizado pela Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE) na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

CEL PARTICIPAÇÕES S/A - CELPAR
CNPJ Nº 02.201.787/0001-85

AVISO - Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social à Rua Maria Angélica, 310 - parte, Jardim Botânico - RJ, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, correspondentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023. Rio de Janeiro, 19 de março de 2024. A Diretoria.

LICEU FRANCO BRASILEIRO S/A
CNPJ Nº 33.547.449/0001-23

AVISO - Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social à Rua das Laranjeiras, 5,11,13 e 15, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, correspondentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023. Rio de Janeiro, 19 de março de 2024. A Diretoria.

SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF Nº 07.714.104/0001-07 - NIRE: 33300328980
EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO
PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), ficam os Srs. Acionistas da **SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A.** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de março de 2024, às 15 horas, de forma exclusivamente digital e remota, conforme previsto no inciso I do art. 70º da Resolução nº 81 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81") e do artigo 124, §2º-A da Lei das Sociedades por Ações, por meio de plataforma eletrônica "*Microsoft Teams*", com o link de acesso a ser encaminhado pela Companhia aos acionistas, que será considerada como realizada na sede da Emissora, para deliberarem acerca das seguintes matérias na ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** Ratificação da remuneração global da administração paga pela Companhia no exercício social de 2023 e remuneração global da administração para 2024; **(ii)** pedido de registro de emissor de valores mobiliários na Categoria "A", nos termos do do art. 3º, inciso "I" da Resolução nº 80 da CVM; e **(iii)** alterações ao Estatuto Social da Companhia, e sua consolidação, de modo a *(a)* adequá-lo às exigências da CVM para os emissores de valores mobiliários registrados na Categoria "A", *(b)* alterar o endereço da sede e *(c)* alterar a denominação social da Companhia. **Instruções Gerais:** A participação na AGOE será realizada por meio de plataforma digital, que possibilitará a participação e votação a distância dos acionistas. Para tanto, os acionistas deverão enviar, até 1 (um) dia antes da realização da AGOE, para o e-mail societario@alloha.com: (i) a confirmação de sua participação acompanhada do CNPJ ou CPF, conforme o caso, (ii) a indicação dos representante(s) que participará(ão) da AGOE, informando seu CPF, telefone e e-mail para contato, e (iii) as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, incluindo eventual procuração outorgada nos termos do artigo 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia enviará aos acionistas, por e-mail, até 2 (duas) horas antes da realização da AGOE, as orientações para acesso e os dados para conexão ao sistema eletrônico. No dia de realização da AGOE, os acionistas deverão se conectar com 10 (dez) minutos de antecedência. Os acionistas que participarem via plataforma digital, de acordo com as instruções da Companhia, serão considerados presentes na AGOE e deverão ser considerados assinantes da ata. Os documentos pertinentes à Ordem do Dia poderão ser encontrados na sede da Companhia, no escritório administrativo localizado na Rua Henrique Schaumann, nº 270, 10º andar, Pinheiro, São Paulo/SP ou por meio de solicitação enviada ao e-mail societario@alloha.com.

Carmo, 20 de março de 2024.
SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Nota

PRODUÇÃO NACIONAL DE AÇO BRUTO EM FEVEREIRO CRESCE 13,1%

O Instituto Aço Brasil informou em boletim ontem, que a produção nacional de aço bruto em fevereiro de 2024 somou 2,8 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 13,1% ante o mesmo intervalo do ano passado. Em igual período de comparação, as vendas internas avançaram 7,3%, para 1,6 milhão de toneladas. A produção de laminados em fevereiro foi de 1,8 milhão de toneladas, valor 3,8% superior ante o mesmo período de 2023. No mesmo intervalo, a produção de semiacabados somou 759 mil toneladas, retração de 3,3%. O consumo aparente nacional de produtos siderúrgicos foi de 1,9 milhão de toneladas em fevereiro, valor 11,5% superior na comparação anual. As exportações no período somaram 700 mil toneladas, o que representa uma queda de 26,2% ante o mesmo mês de 2023. Considerando igual intervalo, os ganhos com as vendas para o mercado externo totalizaram US$ 587 milhões, valor 25,1% menor para o setor. As importações, por sua vez, foram de 446 mil toneladas em fevereiro, um aumento de 37,2% ante o registrado no mesmo período do ano passado. Em valores, as importações somaram US$ 491 milhões, uma alta de 32,3% no mesmo intervalo de comparação. O Brasil produziu 5,5 milhões de toneladas de aço nos dois primeiros meses de 2024, aumento de 6,4% em relação ao mesmo período de 2023. Já a produção de laminados somou 3,8 milhões de toneladas, avanço de 6% em igual período de comparação. O total de semiacabados foi de 1,5 milhões de toneladas, queda anual de 10%. As vendas internas no acumulado de 2024 somaram 3,2 milhões de toneladas, o que representa uma avanço de 4,3% quando comparadas com igual intervalo do ano anterior.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CONCESSÃO DE LICENÇA
29.138.328/0001-50

MSN VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. - CNPJ 34.833.128/0002-39, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal de Duque de Caxias - SMMAPA a Licença de Operação de nº 035/2024, emitida em 12 de março de 2024. Esta licença é válida até 12 de março de 2029. Autoriza a empresa para as atividades de manutenção e reparação mecânica de veículos, lanternagem, troca de óleo e lavagem, com área total construída de 1.591,99 m², localizada na Rodovia Washington Luiz, nº 1375, Loja B, Bairro Parque Duque – 1º Distrito do Município de Duque de Caxias - RJ, referente ao processo nº 019/000343/2023.

PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA BOA VISTA ENERGÉTICA SPE S.A.
CNPJ: 24.378.322/0001-37
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

A empresa Pequena Central Hidrelétrica Boa Vista Energética SPE S.A. torna público que entregou e foram ACEITOS, em 23/02/2024, pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para análise de viabilidade ambiental da implantação de Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Boa Vista, localizada nos municípios de Santa Maria Madalena e São Sebastião do Alto, conforme processo E-07/002.107668/2018 (Migrado para o Sistema Eletrônico de Informações - SEI). Os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados na Biblioteca sede do Inea, na Av. Venezuela, 110 - Saúde - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20081-312, bem como poderá ser acessado pelo Portal Eletrônico do Instituto (http://www.inea.rj.gov.br).

LOTEAMENTO DO CONDOMÍNIO SÍTIO BOM
CNPJ 30.204.523/0001-10
SITUADO NA RODOVIA RIO SANTOS, KM 442, MANGARATIBA/RJ
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Em atenção ao que reza o item 32, VI - da Convenção Condominial do Loteamento do Condomínio Sítio Bom, o Síndico, Sr. João Cláudio Nogueira de Carvalho Júnior, CONVOCA os senhores proprietários do **LOTEAMENTO DO CONDOMÍNIO SÍTIO BOM**, para a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** a ser realizada no dia 06/04/2024 (seis de abril de dois mil e vinte e quatro), às 09:30 horas com quórum legal e às 10:00 horas com qualquer número de condôminos presentes, na sede social do Clube Náutico Sítio Bom, a fim de serem discutidos e deliberados os seguintes assuntos: **1.** Retrospectiva 2023/2024; **2.** Prestação e aprovação das contas de 01/04/23 a 31/03/24 com parecer do Conselho Fiscal; **3.** Aprovação de previsão orçamentária de 01/04/24 a 31/03/25, com fixação de valor da cota condominial; **4.** Aprovação do valor da cota para o fundo de eventos; **5.** Grama sintética e drenagem para festa Julina; **6.** Reserva de vagas veículos ruas; **7.** Afastamento cercas vivas ruas e passarelas; **8.** Inclusão e alterações no regime interno; **9.** Assuntos Gerais. **Legislação Pertinente: 1)** Artigo 1335 do Código Civil. O Condômino que estiver em débito no pagamento das taxas de condomínio não terá direito a voto; **2)** Conforme Art. 654 do Código Civil, § 1º e § 2º os proprietários que não puderem comparecer, poderão se fazer representar por procuradores devidamente credenciados de acordo com as formalidades legais, com reconhecimento de firma em cartório do outorgante. Contando com a presença de todos, pois a omissão implica na concordância com as decisões dos presentes. Mangaratiba, 21 de março de 2024

JB RÁDIO TÁXI
ASSOCIAÇÃO DE MOTORISTAS DE TÁXI DO JARDIM BOTÂNICO
CNPJ: 74119975/0001-70
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

PELO PRESENTE EDITAL E DE ACORDO COM O QUE CONSTA NO ARTIGO 30º, LETRA A, DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE MOTORISTAS DE TÁXI DO JARDIM BOTANICO, O SEU PRESIDENTE EXERCENDO AS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, CONVOCA A TODOS OS ASSOCIADOS EM PLENO GOZO DE SEUS DIREITOS E DEVERES SOCIAIS, PARA A REALIZAÇÃO DA 117ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 06/04/2024, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO, NA RUA ANA NERI 2366, SAMPAIO, RIO DE JANEIRO, RJ, QUE SERÁ INSTALADA A PARTIR DAS 09:00H, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, COM A PRESENÇA MINIMA DE 2/3 DOS ASSOCIADOS; AS 09:30H, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, COM A PRESENÇA DE METADE MAIS 01 (UM) DOS ASSOCIADOS; AS 10:00H, EM TERCEIRA E ULTIMA CONVOCAÇÃO, COM A PRESENÇA DO NUMERO MINIMO DE 10 (DEZ) ASSOCIADOS, COM A SEGUINTE ORDEM DO DIA: 1) APRESENTAÇÃO DO BALAÇO PATRIMONIAL, RELATORIO DE TRABALHO, DEMOSTRATIVO DE SOBRAS E PERDAS: 2) DELIBERAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA A CERCA DO EXERCICIO ATERIOR: 3) ASSUNTOS GERAIS QUATIDADE DE SOCIOS 119.

RIO DE JANEIRO, 22 DE MARÇO DE 2024
NILSON DE OLIVEIRA FARIA
PRESIDENTE

Fernandes Motta Administração de Imoveis S.A. CNPJ/MF nº 03.437.205/0001-27

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação de V. Sas. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, documentos esses que revelam a situação econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023. Agradecemos a todos os Colaboradores, Fornecedores e Clientes. A Diretoria

Balanço Patrimonial

Ativo	R$ Em 31/12/2023	R$ Em 31/12/2022
Circulante	15.155.959,35	12.857.391,05
Caixa e Bancos	348.015,01	785.073,76
Aplicações Financeiras	867.600,00	0,00
Poupança	8.691,54	8.691,54
Contas a Receber	5.190.062,67	4.059.525,23
Adiantamentos Diversos	1.240.445,35	1.446.331,65
IPTU Diferimento	1.222.582,67	0,00
Depósito Judicial	6.278.562,11	6.557.764,71
Impostos A Recuperar	0,00	4,16
Ativo Não Circulante	60.843.182,48	61.123.182,48
Imobilizado	60.843.182,48	61.123.182,48
Total do Ativo	75.999.141,83	73.980.573,53

Passivo	R$ Em 31/12/2023	R$ Em 31/12/2022
Circulante	45.976.448,83	43.957.880,53
Fornecedores Uso e Consumo	21.291.645,12	21.321.898,23
C/Corrente Geral	6.260.401,09	9.519.578,49
IRPJ	470.827,28	505.081,94
Contribuição Social S/Lucro	180.657,82	183.989,50
Impostos e Contribuições	160.100,86	70.910,39
Dividendos a Pagar	5.719.108,30	610.600,76
Adiantamento p/Aum. Capital	0,58	0,58
Outras Contas a Pagar	11.893.707,78	11.745.820,64
Patrimônio Liquido	30.022.693,00	30.022.693,00
Capital Social Realizado	30.022.693,00	30.022.693,00
Total do Passivo	75.999.141,83	73.980.573,53

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2023	30.022.693,00	0,00	30.022.693,00
Lucro Liquido do Exercicio		19.736.696,33	19.736.696,33
Dividendos Pagos em 2023		(19.736.696,33)	(19.736.696,33)
Saldo em 31/12/2023	30.022.693,00	0,00	30.022.693,00

Demonstração do Resultado

	R$ Em 31/12/2023	R$ Em 31/12/2022
Receita Liquida	24.073.555,41	21.732.456,06
Despesas de Administração	(2.066.305,63)	(2.593.015,47)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	22.007.249,78	19.139.440,59
Receitas Financeiras	352.154,38	369.899,83
Despesas Financeiras	(3.550,05)	(4.989,26)
Lucro Líquido Antes da Tributação	22.355.854,11	19.504.351,16
IRPJ E CSLL	(2.619.157,78)	(2.524.626,36)
Lucro Líquido depois da Tributação	19.736.696,33	16.979.724,80

Notas Explicativas: 1) Contexto Operacional: A Fernandes Motta é uma Sociedade Anônima que tem como objeto principal: a **Administração de Imoveis Próprios; 2) Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância das disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2023; **3) Principais Práticas Contábeis:** A empresa utiliza a opção de distribuir dividendos com base no Lucro Liquido do Exercício após as provisões de IRPJ e CSLL, cuja tributação é com base no lucro presumido: **4) Capital Social:** é de R$ 30.022.693,00, representado por 30.022.693 ações ordinárias de valor unitário de R$ 1,00 cada uma. A Demonstração de Resultado do Exercício em 31/12/2023, apresenta antes da Receita Liquida os seguintes valores:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita	24.985.526,61	22.555.740,51
Descontos	-	-
Receita Bruta	24.985.526,61	22.555.740,51
Impostos s/Vendas	(911.971,20)	(823.284,45)
Receita Liquida	24.073.555,41	21.732.456,06

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	R$ Em 31/12/2023	R$ Em 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ/CSLL	22.355.854,11	19.504.351,16
Variações nos Ativos e Passivos		
(Aumento)Redução no contas a receber	1.130.537,44	145.325,26
(Aumento)Redução outros ativos	737.493,77	494.393,22
(Aumento)Redução no contas a pagar	(3.153.303,70)	(567.316,93)
(Aumento)Redução outros passivos	759.023,27	475.790,41
(Aumento)Redução das obrigações tributarias	89.190,47	3.936,56
Caixa proveniente das atividades operacionais		
Pagamento I.Renda/CSLL	(2.619.157,78)	(2.524.626,36)
Dividendos Distribuídos	(19.736.696,33)	(16.979.724,80)
Caixa liquido proveniente das Atividades operacionais	(437.058,75)	552.128,52
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição poupança		
(Aumento)Redução no caixa e equivalentes de caixa	(437.058,75)	552.128,52
Caixa e equivalentes de caixa inicio de exercício	785.073,76	232.945,24
Caixa e equivalentes de caixa final de exercício	348.015,01	785.073,76

Benjamim Nasario Fernandes Filho - Diretor Superintendente – CPF 026.374.217-20
José Alberto Ribeiro da Motta – Diretor Comercial – CPF 191.143.707-00
Luiz Sergio Rosa – Contador CRC-RJ 039.279/O-5

BENAFER S.A. Comércio e Indústria - CNPJ/MF Nº 33.049.412/0001-75

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Expressos em R$)

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação de V. Sas. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, documentos esses que revelam a situação econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023. Agradecemos a todos os Colaboradores, Fornecedores e Clientes. A Diretoria

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	4.142.164	2.505.831
Títulos e Valores Mobiliários	4	105.009.011	63.292.868
Clientes	5	89.649.910	93.149.750
Estoques	6	475.112.760	577.792.504
Impostos a Recuperar	7	425.969	5.204.156
Adiantamentos		873.972	555.463
Outras contas a receber		515.880	515.880
Total do Ativo Circulante		**675.729.666**	**743.016.451**
Não Circulante			
Depósitos Judiciais		1.444.987	1.435.610
Imobilizado	8	4.061.026	3.997.155
Outros Investimentos		947.795	947.795
Total do Ativo Não Circulante		**6.453.808**	**6.380.561**
Total do Ativo		**682.183.474**	**749.397.011**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	9	61.137.147	71.758.268
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	10	1.107.030	1.175.988
Obrigações Tributárias	11	1.959.427	3.574.372
Adiantamento de Clientes		14.955.236	15.170.558
Dividendos a pagar	13.3	79.556.897	115.683.702
Outras contas a pagar		16.255	16.718
Total do Passivo Circulante		**158.731.992**	**207.379.605**
Não Circulante			
Obrigações Tributárias LP	11	901.593	901.593
Partes Relacionadas	12	458.678.751	417.808.790
Total do Passivo Não Circulante		**459.580.344**	**418.710.383**
Patrimônio Liquido			
Capital Social	13.1	44.020.340	44.020.339
Reserva de Capital		8	7
Reserva de Lucros		9.817.238	69.253.123
Reserva de Incentivo Fiscal		928.552	928.553
Reserva Legal	13.2	9.105.001	9.105.001
Total do Patrimônio Líquido		**63.871.139**	**123.307.023**
Total do Passivo e Patrim. Líq.		**682.183.474**	**749.397.011**

Demonstração do Resultado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita Operacional Líquida	14	712.632.688	819.989.529
Custo dos Produtos Vendidos		(624.614.500)	(626.809.177)
Lucro Bruto		**88.018.188**	**193.180.352**
(Despesas) Receitas Operacionais:			
Com vendas e administrativas	15	(32.976.105)	(47.175.967)
Remuneração da Administração	16	-	(46.461)
Outras Receitas e despesas operacionais	17	(646.871)	103.530.360
Lucro operacional		**(33.622.977)**	**56.307.932**
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras		29.968.112	9.761.285
Despesas Financeiras		(50.766.197)	(49.896.253)
Resultado Financeiro Líquido	18	**(20.798.085)**	**(40.134.968)**
Lucro (Prejuízo) antes do IR e da CS		**33.597.127**	**209.353.316**
IR e CS Corrente	19	(13.162.652)	(71.241.690)
Lucro (Prejuízo) do Exercício		**20.434.475**	**138.111.626**
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Demonstração do Result. Total		**20.434.475**	**138.111.626**
Quantidade de cotas no final do exercício		44.020.339	44.020.339
Lucro (Prejuízo) básico por ação		**0,46**	**3,14**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital	Reservas de Capital	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44.020.339	7	928.553	9.105.001	49.739.231	103.793.131
Resultado do Exercício					194.329.746	194.329.746
Dividendos pagos antecipados					(7.789.381)	(7.789.381)
Dividendos pagos do exercício ant.					(49.739.231)	(49.739.231)
Juros sobre Capital Próprio					(2.772.788)	(2.772.788)
Dividendos a Pagar (Estatuto)					(87.989.097)	(87.989.097)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	44.020.339	7	928.553	9.105.001	95.778.479	149.832.379
Resultado do Exercício					138.111.626	138.111.626
Dividendos pagos do exercício ant.					(95.778.479)	(95.778.479)
Dividendos pagos antecipados					(6.847.234)	(6.847.234)
Dividendos a Pagar (Estatuto)					(62.011.269)	(62.011.269)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	44.020.339	7	928.553	9.105.001	69.253.123	123.307.023
Resultado do Exercício					20.434.475	20.434.475
Dividendos pagos do exercício ant.					(69.653.123)	(69.653.123)
Dividendos pagos antecipados					(5.597.165)	(5.597.165)
Dividendos a Pagar (Estatuto)					(4.620.072)	(4.620.072)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.020.339	7	928.553	9.105.001	9.817.238	63.871.138

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Atividades Operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do Exercício	20.434.475	138.111.626
Ajustes para conciliar o resultado do exercício gerado pelas (aplicado nas) atividades operacs		
Depreciações e Amortizações	329.625	323.914
Atualização Financeira de Contratos Partes Relacionadas	50.354.089	48.959.136
(Aumento) Redução do Ativo Operacionais		
Clientes	3.499.840	3.481.637
Estoques	102.679.743	(21.048.089)
Impostos a Recuperar	4.778.187	(2.863.965)
Adiantamentos	(318.510)	(171.613)
Outras Contas a receber	-	-
Depósitos judiciais	(9.377)	(20.774)
Aumento (Redução) no Passivo:		
Fornecedores	(10.621.121)	19.944.244
Obrigs Trabalhistas e Previdenciárias	(68.958)	40.131
Obrigações Tributárias	(1.614.945)	(64.151.863)
Adiantamento de Clientes	(215.322)	1.427.780
Outras contas a pagar	(462)	11.609
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	**169.227.265**	**124.043.773**
Atividades de Investimentos		
(Aplicação) e resgates de títulos mobiliários	(41.716.143)	21.326.620
Aquisições de bens do imobilizado	(393.496)	(211.789)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	**(42.109.639)**	**21.114.831**
Atividades de Financiamentos		
Pagamentos dos contratos com partes relacionadas	(9.484.128)	(9.808.256)
Pagamento dos dividendos e JCP	(115.997.165)	(135.881.024)
Caixa Líquido (Utilizado) das Atividades de Financiamentos	**(125.481.293)**	**(145.689.280)**
Aumento (Redução) das Disponibilidades	**1.636.333**	**(530.676)**
Aumento das Disponibilidades	**1.636.333**	**(530.676)**
Saldo inicial de caixa e equivs de cxa	2.505.831	3.036.507
Saldo final de caixa e equivs de cxa	4.142.164	2.505.831

Benjamim Nasario Fernandes Filho – Diretor Superintendente - CPF 026.374.217-20
José Alberto Ribeiro da Motta - Diretor Comercial - CPF 191.143.707-00
Luiz Sergio Rosa - Contador CRC-RJ 039279/O-5

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião dos Auditores: "Examinamos as demonstrações contábeis da Benafer S/A Comércio e Indústria ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da "Companhia" em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.". Auditoria externa: HOLDER Auditores Independentes S/S EPP - CRC **2SP 034.257/O-4**. Sócio Responsável: Marcos Barbosa Henriques CRC 1SP 258.019/O-6. A "Companhia" teve suas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2023 e 2022 auditadas pela firma HOLDER Auditores Independentes S/S EPP. As Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes encontram-se à disposição na sede da "Companhia.".

A "Companhia" teve suas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2023 e 2022 auditadas pela firma HOLDER Auditores Independentes S/S EPP. As Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes encontram-se à disposição na sede da "Companhia."

OUTONO: Sol com muitas nuvens de manhã. Tarde e noite com temporal. Manhã Tarde Noite 26º 22º 95% 05:55 18:05

INFLUENZA

Rio inicia vacinação contra gripe em grupos prioritários

ANA CRISTINA CAMPOS/BRASIL

A Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro iniciou ontem a campanha de vacinação contra o vírus Influenza. Até 31 de maio, a vacina está disponível nas unidades de Atenção Primária - centros municipais de saúde e clínicas da família - para idosos, crianças de seis meses a 5 anos, trabalhadores da saúde, gestantes, puérperas, mulheres até 45 dias pós-parto e trabalhadores da educação, entre outros públicos.

A meta é imunizar 90% da população-alvo, mais de 1,5 milhão de moradores da cidade. Segundo a pasta, a vacina da gripe é anual: quem se vacinou no ano passado precisa tomar uma nova dose este ano.

Em 2024, a fórmula usada na campanha protege contra as três cepas do vírus Influenza que mais circularam no Hemisfério Sul no ano passado: H1N1 Victoria, H3N2 Tailândia e B Áustria.

Para quem já tomou o imunizante, o esquema vacinal é de dose única. Já para as crianças que vão tomar a vacina pela primeira vez, serão duas doses, com intervalo de 30 dias entre elas.

A imunização contra a gripe é fundamental para prevenir complicações, internações e mortes decorrentes das infecções pelos vírus nos grupos mais vulneráveis. Estudos estimam que a vacinação reduza de 32% a 45% as hospitalizações por pneumonias; de 39% a 75% da mortalidade global; e cerca de 50% as doenças relacionadas à influenza.

"Iniciamos hoje a campanha de vacinação contra a influenza e recomendamos que todo o grupo prioritário procure umas das 238 unidades de saúde do município do Rio de Janeiro para se vacinar. O número de casos de dengue na cidade vem caindo e o número de casos de gripe está aumentando, por isso, é importante se imunizar o quanto antes.

A vacina previne as formas mais graves da doença, que pode ser fatal em pessoas mais vulneráveis", afirmou o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz.

As 238 unidades de Atenção Primária abrem de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, e aos sábados, das 8h às 12h.

O Super Centro Carioca de Vacinação, localizado no complexo do Hospital Municipal Rocha Maia, em Botafogo, na zona sul, funciona em horário especial, de domingo a domingo, das 8h às 22h, assim como o Super Centro Carioca Carioca de Vacinação, unidade Campo Grande, que está localizado no ParkShoppingCampoGrande e funciona no mesmo horário que o do centro comercial. O dia D de mobilização pela vacina ocorrerá em 13 de abril.

GRUPOS PRIORITÁRIOS

São considerados grupos prioritários pessoas de 60 anos ou mais, crianças de seis meses a 5 anos, 11 meses e 29 dias, gestantes em qualquer período gestacional, puérperas (mulheres até 45 dias pós-parto), trabalhadores de saúde, professores do ensino básico e superior das escolas públicas e privadas, povos indígenas, povos quilombolas, população privada de liberdade, funcionários do sistema prisional, adolescentes e jovens de 12 a 21 anos de idade sob medidas socioeducativas, força de segurança pública e salvamento (policiais federais, militares, civis e rodoviários; bombeiros militares e civis; e guardas municipais), Forças Armadas (membros ativos da Marinha, Exército e Aeronáutica), pessoas com deficiência permanente, caminhoneiros de transporte de cargas, trabalhadores portuários, trabalhadores de transporte coletivo rodoviário urbano e de longo curso, população em situação de rua e pessoas portadoras de doenças crônicas não transmissíveis.

SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ 07.714.104/0001-07

Demonstrações financeiras individuais e consolidados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório Resumido da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento.

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir estão resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2/.

A Administração

Balanços patrimoniais

	Nota	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	6	269.683	97.328	305.861	134.764
Contas a receber de clientes	7	141.213	58.868	226.588	110.381
Adiantamento a fornecedores		4.564	5	8.656	681
Impostos a recuperar	8	32.181	14.645	35.754	24.644
Imposto de renda e contribuição social		7.768	4.161	16.942	4.507
Despesas antecipadas	9	35.342	8.609	50.531	17.323
Ativo de indenização	10	3.915	-	3.915	-
Outras contas a receber		594	480	616	1.070
Total do ativo circulante		**495.260**	**184.096**	**648.863**	**293.370**
Aplicações financeiras		759	51	1.314	856
Créditos com partes relacionadas	11	23.082	29.885	23.082	21.494
Impostos a recuperar	8	21.566	15.625	21.566	42.314
Impostos diferidos	27.c	35.553	17.661	57.547	17.661
Depósitos judiciais	21	31.744	23.642	32.077	25.298
Ativo de indenização	10	3.314	5.290	21.206	6.505
Outras contas a receber		-	152	73	148
Despesas antecipadas	9	61.814	12.949	79.345	33.932
Total do realizável a longo prazo		**177.832**	**105.255**	**236.210**	**148.208**
Investimentos	12	693.093	714.698	621	1.375
Imobilizado	13	1.342.511	602.389	2.329.610	1.221.262
Intangível	14	509.420	137.131	800.454	508.003
Total do ativo não circulante		**2.545.024**	**1.454.218**	**3.130.685**	**1.730.640**
Total do ativo		**3.218.116**	**1.743.569**	**4.015.758**	**2.172.218**

	Nota	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Passivo e patrimônio líquido					
Fornecedores	15	104.356	35.931	192.988	108.412
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	208.899	153.042	318.360	227.556
Passivo de arrendamento	17	38.610	21.134	53.367	31.902
Obrigações trabalhistas e sociais	18	65.085	35.967	91.829	55.517
Obrigações tributárias	19	24.523	9.975	36.141	19.797
Imposto de renda e contribuição social	27.b	794	-	1.429	722
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	81	-
Parcelamentos tributários	20	8.146	517	13.914	9.102
Obrigações com aquisição de controladas e ativos na combinação de negócios	1.2.6	2.598	23.350	7.385	4.860
Outras contas a pagar		3.992	56	4.021	5.161
Total do passivo circulante		**457.003**	**279.972**	**719.515**	**463.029**
Fornecedores	15	-	-	4.501	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.285.158	594.835	1.747.317	730.214
Passivo de arrendamento	17	20.901	22.669	39.108	35.924
Provisão para contingências	21	10.535	7.325	11.350	10.269
Parcelamentos tributários	20	18.879	524	31.074	21.189
Obrigações com aquisição de controladas e ativos na combinação de negócios -	1.2.6	36.519	31.656	76.230	31.356
Outras contas a pagar		976		2.182	6.492
Obrigações com partes relacionadas	11	4.627	1.919	963	2.082
Total do passivo não circulante		**1.377.595**	**658.928**	**1.912.725**	**837.526**
Patrimônio líquido					
Capital social	22.a	1.531.999	196.997	1.531.999	196.997
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.a	-	698.335	-	698.335
Perda na aquisição com não controladores	22.d	(120.432)	(6.871)	(120.432)	(6.871)
Prejuízos acumulados		(28.049)	(83.792)	(28.049)	(83.792)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		**1.383.518**	**804.669**	**1.383.518**	**804.669**
Participação dos não controladores		-	-	-	66.994
Total do patrimônio líquido		**1.383.518**	**804.669**	**1.383.518**	**871.663**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.218.116**	**1.743.569**	**4.015.758**	**2.172.218**

Demonstração de resultados abrangentes

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Lucro/(Prejuízo) do exercício	**55.743**	**(17.319)**	**63.117**	**(22.301)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**55.743**	**(17.319)**	**63.117**	**(22.301)**
Atribuível aos				
Acionistas controladores	55.743	(17.319)	55.743	(17.319)
Acionistas não controladores	-	-	7.374	(4.982)

Demonstração de resultados

	Nota	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Receita operacional líquida	23	590.278	466.389	1.141.196	881.002
Custo dos serviços prestados	24	(234.650)	(206.442)	(495.376)	(405.465)
Lucro bruto		**355.628**	**259.947**	**645.820**	**475.537**
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas com vendas	25	(22.507)	(22.002)	(67.292)	(60.838)
Despesas gerais e administrativas	25	(161.854)	(154.242)	(292.915)	(264.251)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	7.b	(14.413)	(13.140)	(37.762)	(37.413)
Outras receitas e (despesas) operacionais		79	1.783	1.352	3.657
Resultado de equivalência patrimonial	12.c	42.113	381	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		**199.046**	**72.727**	**249.203**	**116.692**
Receita financeira	26	23.039	21.675	30.517	38.041
Despesa financeira	26	(184.234)	(115.590)	(241.507)	(174.746)
Lucro/(Prejuízo) antes dos impostos sobre a renda		**37.851**	**(21.188)**	**38.213**	**(20.013)**
Impostos sobre a renda - corrente	27	-	-	(15.050)	(5.840)
Impostos sobre a renda - diferido	27	17.892	3.869	39.954	3.552
Lucro/(Prejuízo) do exercício		**55.743**	**(17.319)**	**63.117**	**(22.301)**
Resultado atribuível aos					
Acionistas controladores		55.743	(17.319)	55.743	(17.319)
Acionistas não controladores		-	-	7.374	(4.982)
Resultado por ação					
Lucro/(Prejuízo) por ação - Básico e Diluído (em R$)	29	0,86	(0,37)	0,86	(0,37)
Quantidade média de ações		64.474.305	47.280.632	64.474.305	47.280.632

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Perda na aquisição com não controladores	Reserva de incentivo fiscal	Prejuízos acumulados	Lucro do exercício	Patrimônio líquido	Participação acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
		Atribuível aos acionistas controladores								
Saldos em 1º de janeiro de 2022		**196.997**	**625.908**	**-**	**-**	**(66.473)**	**-**	**756.432**	**92.588**	**849.020**
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.b	-	72.426	-	-	-	-	72.426	-	72.426
Transações com acionistas não controladores	22.d	-	-	(6.871)	-	-	-	(6.871)	(20.612)	(27.483)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(17.319)	-	(17.319)	(4.982)	(22.301)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**196.997**	**698.335**	**(6.871)**	**-**	**(83.792)**	**-**	**804.669**	**66.993**	**871.662**
Aumento de capital	22.b	698.335	(698.335)	-	-	-	-	-	-	-
Transações com acionistas não controladores	22.a e 22.d	636.667	-	(113.561)	-	-	-	523.106	(74.367)	448.739
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	55.743	55.743	7.374	63.117
Constituição de reserva de incentivo fiscal	22.c	-	-	-	323	-	(323)	-	-	-
Compensação de lucro do exercício com prejuízos acumulados		-	-	-	-	55.420	(55.420)	-	-	-
Compensação de incentivo fiscal com prejuízo	22.c	-	-	-	(323)	323	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.531.999**	**-**	**(120.432)**	**-**	**(28.049)**	**-**	**1.383.518**	**-**	**1.383.518**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		55.743	(17.319)	63.117	(22.301)
Resultado de equivalência patrimonial	12.c	(42.113)	(381)	-	-
Custo do imobilizado baixado	13.b e 17.a	1.783	11.979	6.123	12.118
Custo do intangível baixado	14.b	-	22	-	(351)
Depreciações	24 e 25	115.875	111.799	229.246	187.468
Amortizações	24 e 25	22.028	19.647	38.915	28.073
(Reversão)/Provisão para contingências	21.b	(649)	3.569	179	4.644
Imposto de renda e contribuição social corrente	27.a	-	-	15.050	5.840
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.a	(17.892)	(3.869)	(39.954)	(3.552)
Perda de crédito esperada do contas a receber	7.b	14.413	13.140	37.762	37.413
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	26	163.205	99.147	196.181	138.230
Juros sobre passivos de arrendamentos	26	4.042	4.179	7.776	6.679
Atualização a pagar aquisição de empresas	26	5.811	-	7.011	-
Ajuste de preço de obrigação com aquisição de controladas		-	(2.397)	-	(2.397)
Baixa de investimentos		-	-	1.695	-
Lucro ajustado		**322.246**	**239.516**	**563.101**	**391.864**
(Aumento)/redução nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		(33.317)	(19.307)	(41.597)	(53.699)
Despesas antecipadas		(22.538)	(18.176)	(47.044)	(41.092)
Adiantamento à fornecedores		(3.640)	4.894	(6.560)	4.705
Depósitos judiciais		(5.305)	(12.308)	(6.289)	(12.779)
Ativo de indenização		(111)	(2.668)	(3.247)	(2.487)
Impostos a recuperar		7.566	(8.509)	13.730	(22.300)
Outras contas a receber		1.377	4.039	995	4.251
Aumento/(redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		12.372	(30.706)	(8.072)	(92.741)
Obrigações trabalhistas e sociais		5.732	8.194	3.840	18.587
Obrigações tributárias		3.729	(5.266)	3.897	(7.499)
Parcelamentos tributários		(493)	(1.987)	(4.071)	2.786
Outras contas a pagar		753	(5.178)	(5.406)	(12.682)
Imposto de renda e contribuição social pagos	27.b	-	(1.798)	(13.719)	(16.157)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		**288.372**	**150.740**	**449.558**	**160.757**
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Créditos com partes relacionadas		(161.766)	(29.885)	(173.422)	(21.494)
Aplicações financeiras		(708)	-	96	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	12.c	(178.097)	(156.288)	-	-
Integralização de capital em controladas	12.c	(26.000)	-	-	-
Combinação de negócios	1.2.5	-	-	(7.218)	-
Caixa recebido em combinação de negócios	1.2.1	-	-	124	-
Aumento de participação em controladas	1.2.5	(15.800)	(7.406)	(15.800)	(7.406)
Aquisição de bens do imobilizado	13.b	(108.270)	(147.175)	(308.948)	(416.253)
Aquisição de bens do intangível	14.b	(14.977)	(8.904)	(31.996)	(29.465)
Venda de ativo imobilizado	11.c	925	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(504.693)**	**(349.658)**	**(537.164)**	**(474.618)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Adiantamento para futuro aumento de capital de controladora	22.b	-	72.426	-	72.426
Obrigação com aquisição de controladas	1.2.5	(33.770)	(85.200)	(16.700)	(34.955)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - captações	16.c	755.500	419.500	755.500	421.001
Empréstimos, financiamentos e debêntures - pagamento de juros	16.c	(123.860)	(90.637)	(165.411)	(121.420)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - amortização principal	16.c	(164.839)	(172.656)	(254.440)	(232.148)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - custos de transação	16.c	(11.060)	(6.053)	(11.248)	(7.757)
Passivo de arrendamento - amortização (principal e juros)	17.a	(32.044)	(40.511)	(56.512)	(38.835)
Mútuo com partes relacionadas	19.c	(23.082)	-	(23.082)	-
Empréstimos de partes relacionadas		-	1.919	-	2.082
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(76)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**366.845**	**98.788**	**228.031**	**60.394**
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**150.524**	**(100.129)**	**140.425**	**(253.467)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	97.328	197.457	134.764	388.231
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6	269.683	97.328	305.861	134.764
Variação de caixa		**172.355**	**(100.129)**	**171.097**	**(253.467)**
Caixa e equivalentes de caixa recebidos por incorporações	1.3.4 a 1.3.9	(21.831)	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa por assunção de controle		-	-	(30.672)	-
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**150.524**	**(100.129)**	**140.425**	**(253.467)**

Demonstrações dos valores adicionados

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Receitas	**680.746**	**572.169**	**1.313.770**	**1.047.227**
Serviços	693.565	577.089	1.347.328	1.075.815
Outras receitas	1.594	8.220	4.204	8.825
Provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(14.413)	(13.140)	(37.762)	(37.413)
Insumos adquiridos de terceiros	**(129.738)**	**(135.550)**	**(309.650)**	**(275.025)**
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custos dos serviços prestados	(37.559)	(34.353)	(110.141)	(82.592)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(92.179)	(101.197)	(199.509)	(192.433)
Valor adicionado bruto	**551.008**	**436.619**	**1.004.120**	**772.202**
Amortização e depreciação	**(137.903)**	**(131.446)**	**(268.161)**	**(215.543)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**413.105**	**305.173**	**735.959**	**556.659**
Valor adicionado recebido em transferência	**65.152**	**22.056**	**30.517**	**38.041**
Resultado de equivalência patrimonial	42.113	381	-	-
Receitas financeiras	23.039	21.675	30.517	38.041
Valor adicionado total a distribuir	**478.257**	**327.229**	**766.476**	**594.700**
Distribuição do valor adicionado	**478.257**	**327.229**	**766.476**	**594.700**
Pessoal	**99.061**	**81.271**	**181.174**	**163.508**
Remuneração direta	73.217	59.117	127.891	116.781
Benefícios	17.889	15.254	37.182	31.992
F.G.T.S	7.955	6.900	16.101	14.735
Impostos, taxas e contribuições	**111.049**	**128.773**	**227.599**	**240.967**
Impostos federais	28.181	45.687	68.148	96.408
Impostos estaduais	81.298	79.835	156.061	137.088
Impostos municipais	1.570	3.252	3.390	7.471
Remuneração	**212.404**	**134.504**	**294.586**	**212.526**
Juros	174.634	108.447	220.291	158.070
Aluguéis	37.770	26.057	74.295	54.456
Remuneração de capitais próprios	**55.743**	**(17.319)**	**63.117**	**(22.301)**
Lucros/(Prejuízos) retidos	55.743	(17.319)	55.743	(17.319)
Participação dos não controladores nos lucros/(prejuízos) retidos	-	-	7.374	(4.982)

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras

Extrato das Informações Relevantes

Contexto Operacional: A Sumicity Telecomunicações S.A. ("Companhia", ou "Grupo", quando referida em conjunto com suas controladas), fundada em novembro de 2005, é uma sociedade por ações de capital fechado, regida na forma de seu estatuto social, por seu acordo de acionistas e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis. A Companhia, com prazo de duração indeterminado, tem sua sede na cidade do Carmo, Estado de Rio de Janeiro, na Praça Presidente Getúlio Vargas, nº 148, 3º e 4º andares, CEP 28.640-000, atuando em vários Estados como provedora de acesso a redes de comunicação, serviços de comunicação multimídia ("SCM"), provedor de voz sobre protocolo IP ("VOIP"), operadora de televisão por assinatura ("SeAC"), aluguel de equipamentos, instalação e manutenção de cabos redes e equipamentos de telecomunicações.

Resumo das principais práticas contábeis: As políticas contábeis materiais adotadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). E compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram recomendadas pelo Comitê Financeiro e pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de março de 2024. O Conselho de Administração também deliberou, por conseguinte, a submissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas à Assembleia Geral da Companhia para a devida deliberação, nos termos da legislação aplicável.

Extrato das Informações Relevantes do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Sumicity Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

PRF

MPF denuncia Silvinei por fraude na compra de blindados

PEPITA ORTEGA/AE

A Procuradoria da República no Rio de Janeiro denunciou o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques e mais sete investigados por suposta fraude em licitação e em contratos para compra de 15 viaturas operacionais blindadas 'inservíveis'. A vencedora do pregão foi a empresa Combat Armor Defense, cujos sócios também foram denunciados. O Ministério Público Federal ainda requer a prisão preventiva dos empresários.

Também são acusados: os policiais rodoviários que deram início à licitação, com a elaboração de estudos técnicos preliminares e do documento de oficialização da demanda; o pregoeiro que aprovou a proposta inicial da Combat Armor Defense; o fiscal técnico do contrato, que assinou relatórios de conformidade e termos de recebimento definitivo; e o ex-chefe de gabinete do Ministério da Justiça e Segurança Pública Antonio Ramirez Lorenzo, para quem a Combat teria realizado 'pagamentos', segundo a Procuradoria.

Os contratos investigados pela PRF somam R$ 94.096.361,52 e o prejuízo causado pelas fraudes aos cofres públicos passa de R$ 13 milhões, segundo a Procuradoria. O inquérito aponta que as licitações sob suspeita 'eram caracterizadas pelos mesmos concorrentes e propostas irreais acima do preço, nas quais a Combat ganhava, na maior parte dos casos, pela modalidade "maior desconto", ainda que não existisse tabela pré-fixada de valores para o julgamento das propostas'.

Os crimes narrados pela Procuradoria teriam ocorrido em dezembro de 2020, quando Silvinei Vasques era superintendente regional da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro. Na época, a Combat Armor Defense do Brasil venceu três pregões eletrônicos promovidos pela PRF, os quais tinham como objeto a implementação de proteção balística parcial de viaturas, a aquisição de veículos novos blindados e a transformação em veículos blindados de viaturas já integrantes do patrimônio da corporação.

"Até onde é sabido, a Combat não teria capacidade operacional para atender todos os contratos firmados com a Administração, sobretudo por sua falta de capilaridade aparente e expertise a nível Brasil. Isso traz dúvidas sobre como conseguiria atender Rio de Janeiro, Distrito Federal, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Paraná, Pará e Bahia concomitantemente", indicou o procurador da República Eduardo Benones, autor da denúncia.

A peça narra que a Combat Armor Defense 'frequentemente descumpria prazos e entregava produtos e serviços abaixo dos padrões acordados, ferindo a integridade dos contratos e colocando em risco a vida dos policiais'. De acordo com a acusação, a empresa não está autorizada pelo Exército para fornecer serviços de blindagem nível III, contratado pela PRF.

"Os blindados entregues pela Combat não possuem capacidade operacional plena, tanto de forma mecânica, ao não serem capazes de subir ladeiras, quanto pelo aspecto da segurança operacional, pois a blindagem não é condizente com a ofertada (nível III)", frisa o órgão.

Uma das testemunhas arroladas pela Procuradoria no caso é Daniel Jess Beck, fundador da Combat Defense Inc. e atual CEO da Combat Armor Brasil. O empresário é apoiador do ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump e esteve em Washington durante a invasão ao Capitólio.

DATAFOLHA

Aprovação do governo Lula cai para 35%, e a reprovação atinge 33%

DANIEL GALVÃO/AE

A reprovação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cerca de um ano e três meses de gestão, subiu, de 30% em dezembro para 33% na pesquisa do instituto Datafolha divulgada ontem. Já a aprovação caiu de 38% para 35%. A avaliação regular continuou em 30%. Não sabem ou não responderam são 2%, mesmo número do levantamento anterior.

O Datafolha realizou a sondagem na terça-feira e quarta-feira. O instituto fez 2.002 entrevistas com eleitores de 147 municípios. A margem de erro é de 2 pontos porcentuais para mais ou para menos.

Entre os evangélicos, a reprovação ao governo Lula subiu de 38% para 43%, enquanto a aprovação oscilou de 26% para 25%. Os que consideram o governo regular caíram de 34% para 30%.

O levantamento mostra também que 44% dos entrevistados acreditam que o governo Lula tem mais vitórias do que derrotas, enquanto 42% consideram o contrário.

No segmento com renda de dois a cinco salários mínimos, a avaliação negativa de Lula foi de 35% para 39%. Já na faixa de cinco a dez salários, esta avaliação subiu de 38% para 48%.

Para 58% dos eleitores entrevistados, o presidente da República fez menos do que poderia no governo. Já 24% consideram que Lula cumpriu o prometido, e 15%, que superou expectativas.

BIOMAS

PL que muda Código Florestal pode devastar 48 milhões de hectares

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

Organizações da sociedade civil alertam que a aprovação do Projeto de Lei (PL) 364/19, que altera o Código Florestal, vai deixar desprotegidos cerca 48 milhões de hectares de campos nativos em todo o país. A proposta foi aprovada na quarta-feira, por 38 votos favoráveis e 18 contrários, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, em caráter conclusivo. Isto significa que se não houver recurso para votação no plenário, o texto seguirá para apreciação no Senado.

O projeto altera o Código Florestal para considerar como áreas rurais consolidadas as formas de vegetação nativa "predominantemente não florestais, como campos gerais, campos de altitude e campos nativos". Área rural consolidada é uma categoria prevista pelo código que que permite exploração da área mediante comprovação de uso antrópico (pelo homem) anterior a 22 de julho de 2008.

Com a alteração, o texto e passa a considerar todas as áreas de campos nativos no país como áreas de uso rural consolidado e, portanto, não passíveis de licenciamento ambiental para conversão a fim de uso agrícola.

Uma nota técnica sobre o projeto, elaborada pela SOS Mata Atlântica, diz que a medida impacta 50% do Pantanal (7,4 milhões de hectares), 32% dos Pampas (6,3 milhões de hectares) e 7% do Cerrado (13,9 milhões de hectares), além de quase 15 milhões de hectares na Amazônia, "permitindo que eles possam ser livremente convertidos para uso alternativo do solo (agricultura, pastagens plantadas, mineração, urbanização etc.) sem qualquer tipo de limitação ou autorização administrativa".

"Para tanto, basta que o proprietário da área alegue que a área de campo foi, em algum momento do passado, utilizada para pastoreio. Como a imensa maioria das áreas de campo do país foram, em algum momento, usadas para pastoreio extensivo, todas elas seriam consideradas 'consolidadas'. Mesmo as poucas que nunca tenham sido pastejadas também perderão, na prática, a proteção hoje existente, pois será impossível aos órgãos de controle comprovar que nunca a área foi usada para pecuária extensiva", diz a nota.

Na avaliação da secretária-executiva do Observatório do Código Florestal (OCF) Roberta del Giudice, a proposta representa um enorme retrocesso na proteção dos biomas brasileiros, por ignorar a importância da vegetação não arbórea na proteção ambiental, ameaçando a biodiversidade, a segurança hídrica e climática de todo o país.

"Os riscos vão além da proteção ambiental, afetam diretamente a produção agrícola e outras atividades econômicas, afastam investimentos internacionais e compradores de commodities agrícolas. Na prática, a medida transforma mais de 48 milhões de hectares em todo o país em área de uso rural consolidado, uma categoria prevista pelo Código Florestal para áreas de comprovado uso antrópico anterior a 2008 e, assim, permite o desmatamento dessas áreas. Corremos o risco de extinguir biomas, como Pantanal e Pampa, e transformar ecossistemas dos demais em áreas áridas com impactos negativos para a população de todo o país", disse Roberta à *Agência Brasil*.

Formado por mais de 40 organizações, o observatório tem por objetivo monitorar a implementação bem-sucedida da Lei Florestal, fortalecer a proteção dos biomas e "dos valores culturais, a produção sustentável e a recuperação de ambientes naturais".

As organizações chamam a atenção para o fato de que o texto original foi alterado pelo relator Lucas Redecker (PSDB-RS). A proposta original, de autoria do deputado Alceu Moreira (MDB-RS), tratava do bioma Campos de Altitude, tipo de ecossistema localizado na Região Sul, composta por formações naturais propícias ao desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris.

MATA ATLÂNTICA

Atualmente, a legislação ambiental considera esse bioma como ecossistemas associados ao bioma Mata Atlântica. O projeto de Alceu Moreira retirava os Campos de Altitude da incidência da Lei da Mata Atlântica. Em contrapartida, a proposta estabelecia "um marco regulatório para esses ecossistemas que concilia produção e conservação ambiental".

Já a alteração feita por Redecker estabelece de forma expressa a aplicação da categoria de área rural consolidada a todos os biomas brasileiros. Em seu parecer, o deputado classificou como "marra ideológica" a manutenção apenas do bioma Campos de Altitude e justificou a ampliação com o argumento de que a "vegetação nativa já era utilizada como pastagem".

"Para evitar outro tipo de interpretação equivocada que tem prejudicado os agricultores das regiões citadas, deixamos expresso que a consolidação do uso nessas áreas ocorre independentemente de ter sido a vegetação nativa efetivamente convertida", escreveu o relator.

Para Roberta, na prática, o texto afasta a aplicação da Lei da Mata Atlântica, gerando insegurança jurídica.

WWF-Brasil também se manifestou contra a aprovação da proposta. Para a organização, o texto representa um "grave retrocesso ambiental" ao liberar o desmatamento em todas as áreas do Brasil com a classificação de vegetação não florestais. A WWF disse que ao afastar a aplicação dessa Lei da Mata Atlântica, o projeto possibilita que áreas que vinham sendo protegidas ao longo das últimas décadas sejam consideradas consolidadas e aptas à expansão de atividades agropecuárias.

ABUSO SEXUAL

Polícia Federal prende Robinho, em Santos

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

A Polícia Federal (PF) prendeu na noite desta quinta-feira o ex-jogador Robson de Souza, conhecido como Robinho. De acordo com a polícia, o preso irá passar por exame no Instituto Médico Legal (IML), audiência de custódia e será levado para penitenciária.

O mandado de prisão foi expedido pela Quinta Vara da Justiça Federal em Santos.

Mais cedo, a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Maria Thereza de Assis Moura, assinou a autorização para a Justiça Federal prender o ex-jogador. Para evitar a prisão, a defesa do ex-jogador entrou com um pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF), que foi negado ontem em decisão monocrática pelo ministro Luiz Fux.

Na quarta-feira passada, por 9 votos a 2, a Corte Especial do STJ decidiu que o ex-jogador deve cumprir no Brasil a pena de 9 anos de prisão por estupro. A sentença foi definida pela Justiça da Itália, onde o ex-jogador foi condenado em três instâncias por estupro, ocorrido dentro de uma boate de Milão, em 2013.

SÃO PAULO

Aluno da PUC planejou sequestro de colega

ÍTALO LO RE/AE

Um aluno da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) foi preso na manhã de quarta-feira, no câmpus Monte Alegre, zona oeste da capital paulista, sob suspeita de articular o sequestro de um colega de faculdade. O caso ocorreu em dezembro do ano passado. A vítima, de 18 anos, foi liberada após passar mais de 30 horas em cativeiro.

"O aluno foi o autor intelectual (do sequestro), embora tenha se passado como uma própria vítima", disse ao *Estadão* o delegado Fabio Nelson, divisionário da Delegacia Antissequestro (DAS) da Polícia Civil. Segundo a polícia, o suspeito tem 42 anos e cursa Fonoaudiologia. Foram detidos ainda dois adolescentes e outro adulto, também de 42 anos.

O caso ocorreu em 5 de dezembro na região de Campo Limpo, zona sul de São Paulo. A Polícia Civil afirma que, logo após pegar uma corrida de aplicativo, a vítima, que estuda Direito na PUC-SP, encontrou com o aluno de Fonoaudiologia na Rua Carlos Caldeira Filho. O sequestro teria ocorrido próximo dali. "Ele, de repente, foi abordado e o sujeito que foi abordado junto com ele permaneceu no cativeiro como se vítima fosse, mas não era", disse Nelson. Segundo ele, a abordagem ocorreu à mão armada. As investigações indicam que a vítima foi levada para um cativeiro na Rua Gustavo Paiva, a alguns quarteirões.

Por lá, a vítima chegou a ser agredida com coronhadas e teve uma arma apontada para sua cabeça, em ação gravada pelo celular. Os criminosos, então, enviaram o vídeo para a família do aluno de Direito e exigiram quantia de R$ 20 mil para libertá-lo. Desesperada, a mãe do estudante acionou a polícia.

"A família teve assessoramento de especialistas. No dia seguinte, a vítima foi libertada pelos sequestradores sem pagamento do resgate", afirmou o delegado.

INVESTIGAÇÕES

Após o caso, a Polícia Civil passou a apurar quem seriam os autores do sequestro. Neste momento, algumas informações inconsistentes começaram a chamar a atenção.

ROMA

Toffoli reabre investigação sobre hostilidades a Moraes

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou a Polícia Federal (PF) ouvir novamente o empresário Roberto Montovani no inquérito sobre as hostilidades ao ministro Alexandre de Moraes no aeroporto de Roma.

Foi a Procuradoria-Geral da República (PGR) quem pediu um novo interrogatório. O empresário já prestou depoimento, mas o Ministério Público quer saber se ele manipulou o vídeo do entrevero e espalhou uma versão editada no WhatsApp.

As suspeitas surgiram depois que a PF periciou o celular do empresário. "A ilustre autoridade policial identificou mensagem em que o episódio investigado é narrado de maneira distorcida da realidade, o que pode indicar o compartilhamento de conteúdo de vídeo gravado na ocasião e posteriormente manipulado para retratar um cenário fantasioso", apontou a PGR.

A Polícia Federal já havia dado o caso como encerrado e apresentado as conclusões do inquérito. Agora, Toffoli determinou a "complementação" da investigação, o que na prática reabre a fase de diligências.

No relatório final, a PF concluiu que o empresário Roberto Mantovani cometeu o crime de "injúria real" - emprego de violência ou vias de fato para ofender a dignidade ou o decoro de alguém. A Polícia Federal decidiu não indiciá-lo porque o crime tem menor potencial ofensivo. Isso não significa que ele foi inocentado. A PGR ainda precisa decidir se é o caso de denúncia. E, para a Procuradoria-Geral da República, o caso pode ser mais grave.

No parecer que pediu diligências complementares, a PGR sinaliza que o empresário e seus familiares podem ter mentido. Também repreende as ofensas a Moraes. "A falsa imputação da conduta criminosa ao Ministro foi realizada pelos investigados de maneira pública e vexatória. É claro o objetivo de constranger e, acaso, até de provocar reação dramática, tudo a ser registrado em vídeo e compartilhado."

Nota

POR CHUVA, RJ DECRETA PONTO FACULTATIVO E PREFEITO PEDE QUE PESSOAS FIQUEM EM CASA

A previsão de temporais no Estado do Rio de Janeiro a partir da noite de ontem, levou o governador Cláudio Castro (PL) a decretar ponto facultativo nesta sexta-feira, A medida foi anunciada no início da noite de ontem, quando ainda não havia chuva. O prefeito Eduardo Paes (PSD), por sua vez, publicou vídeo nas redes sociais pedindo que as pessoas evitem se deslocar pela cidade durante a noite. Ele fez "apelo aos patrões" para que, levando em conta a chuva, não exijam a presença de funcionários que possam trabalhar sem se deslocar.

OUTONO: Chuvoso durante o dia. À noite pode chuviscar. Manhã Tarde Noite 21º 19º 85% 06:08 18:14

APAGÃO DA ENEL

Centro sofre com falta de energia pelo terceiro dia em uma semana

Os comerciantes do calçadão do centro histórico de São Paulo, próximo da Rua 25 de Março, principal ponto de comércio popular da cidade, enfrentaram ontem mais um dia com falta de energia. Este foi o segundo episódio, em menos de uma semana, em que eles relataram problemas com a falta de luz.

Ontem, a reportagem da *Agência Brasil* passou pela Rua XV de Novembro, no centro histórico, e constatou que havia muitos estabelecimentos comerciais sem energia, entre os quais o Centro de Distribuição de Títulos e Documentos de São Paulo (CDT), central digital de cartórios da capital. Segundo funcionários do local, a luz acabou por volta das 13h e, até as 14h30, ainda não tinha voltado.

A falta de energia afetou diversos restaurantes da região, como o Bovinus Churrascaria XV de Novembro, que, mesmo sem energia, estava servindo os clientes. Segundo o gerente Elio Rodighery, a falta de energia começou por volta das 12h30, horário de pico no restaurante. "O movimento começa ao meio-dia, nosso grande movimento. Mas nosso cliente hoje não veio. Trabalhamos só com 30% do movimento normal", disse Rodighery à *Agência Brasil*.

Ele lembrou que esta é a segunda vez, em menos de uma semana, que o restaurante enfrenta o problema. "Trabalhamos cinco horas por dia no horário do almoço. Mas só conseguimos trabalhar por uma hora e meia hoje (em que houve energia). Na segunda-feira, faltou luz a noite toda, e a energia só voltou no dia seguinte, às 9h. Só que os cozinheiros chegam aqui às 6h, para dar tempo de manipular os alimentos para atender o cliente. Só que a luz só chegou às 9h. E como se consegue fazer a comida às 9h? Na terça, trabalhamos na correria, tudo corrido, para conseguir servir o almoço. Na quarta-feira teve luz, mas hoje voltou a faltar. Perdemos três horas e meia de atendimento, ou seja, perdemos cerca de 60% de nossas vendas", reclamou.

Rodighery disse que tentou falar com a concessionária Enel para reclamar da falta de energia, mas não foi atendido. "Não conseguimos falar com eles. É muita gente ligando. Acho que eles não conseguem atender todo mundo e também não sabem o que falar", reclamou. "Vou pagar R$ 22 mil de energia, para não ter (luz)", falou.

O administrador de um dos prédios da região, Rubens Kemen Filho, de 44 anos, disse à reportagem que o local foi alugado para a Feira Na Rosembaum, que reúne artistas, artesãos e designers de todo o país. A feira estava aberta, mas o local estava totalmente sem energia.

"Alugamos esse espaço temporariamente para a feira. Tivemos o início da montagem na noite de ontem, o início da feira foi hoje e o término será na segunda-feira (25). No início desta manhã, a luz começou a oscilar muito. Houve um pico de energia, e os geradores foram acionados. O diesel acabou após uma hora e meia sem energia. A feira não consegue rodar sem a energia, o que impacta diretamente nas vendas. São pessoas do Brasil inteiro que vêm fazer a exposição aqui e [a falta de energia] prejudica as vendas. Está bem difícil, e não há previsão do horário de volta (da energia)", destacou Kemen.

O gerente da Lanches Eminente, Jaelton Santos, de 42 anos, também reclamou da falta de energia e das dificuldades de hoje. "Faz uma hora e meia que estou sem energia, segunda vez, só nesta semana. Na terça-feira, faltou luz das 2 da madrugada até as 9h da manhã. Quem vai pagar essa conta? Não tem exaustor, não tem ventilador, não tem tomada para os salgados, não tem energia para a fritadeira elétrica. Ficamos aqui no preju (prejuízo)", resumiu.

"Já liguei para a concessionária, mas a ligação caiu após 4 minutos. Estamos aqui aguardando, sem saber a que horas volta a energia", reclamou.

Por causa da falta de energia constante nos últimos dias, a prefeitura de São Paulo informou que fará nova representação contra a Enel junto ao governo federal, acionando a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Tribunal de Contas da União (TCU). "A administração municipal já havia ingressado recentemente com duas ações judiciais contra a empresa nesses dois órgãos."

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, informou que vai propor a esses órgãos que os municípios possam avalizar as concessões federais que prestam serviços às cidades.

HISTÓRICO

Na última segunda-feira, moradores dos bairros Vila Buarque, Higienópolis, Santa Cecília e Consolação reclamaram da falta de energia na região, que afetou comércio, escolas, residências e hospitais, como a Santa Casa.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, a falta de energia chegou a atingir 35 mil pessoas. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, convocou o presidente da concessionária para ir a Brasília prestar esclarecimentos.

Antes disso, na sexta-feira passada, o Aeroporto de Congonhas, na zona sul paulistana, ficou sem energia e precisou suspender as operações de pouso e de decolagem por mais de uma hora. Na ocasião, a Enel informou que uma ocorrência na rede elétrica que abastece o aeroporto de Congonhas causou a interrupção no fornecimento de energia na localidade. Segundo a Enel, foram realizadas manobras em sua rede para restabelecer o serviço e este foi normalizado. No último sábado, comerciantes da Rua 25 de Março reclamaram de um apagão na região central.

Em nota, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou à *Agência Brasil* que está acompanhando as últimas ocorrências na área de concessão da empresa e solicitou informações da Enel-SP para avaliar causas e impactos dos eventos mencionados.

Nota

POLÍCIA INVESTIGA CASO DE AGRESSÃO E PRECONCEITO CONTRA ADOLESCENTE EM ESCOLA

A Polícia Civil do Estado de São Paulo está investigando uma agressão contra uma estudante de 12 anos da EMEB Professora Hebe de Almeida Leite Cardoso, que fica em Novo Horizonte, município do interior paulista. Conforme a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP), o caso foi registrado como preconceito de raça ou de cor, perseguir e vias de fato pela delegacia da cidade que atua para esclarecer os fatos. "Mais detalhes serão preservados por envolver menor de idade", disse a pasta. No dia 11 de março deste ano, a mãe da adolescente de 12 anos compareceu com a filha até a delegacia de Novo Horizonte no fim da tarde informando que na data em questão a estudante havia sido agredida por cinco alunos da escola onde cursa o sétimo ano do ensino fundamental no período da manhã. O caso foi registrado como preconceito de raça ou de cor.

GUERRA NO ORIENTE

Israel está pronto para invadir Rafah e massacrar palestinos

Um oficial de alto escalão de Israel disse que o exército de seu país vai invadir a cidade de Rafah, no sul de Gaza, e derrotar o grupo terrorista Hamas, mesmo que "o mundo inteiro se volte contra a Israel, incluindo os Estados Unidos".

"Nós vamos invadir e finalizar esse trabalho, e qualquer pessoa que não entende isso não entende que um nervo existencial dos judeus foi tocado", disse Ron Dermer, ministro de Assuntos Estratégicos de Israel, em um podcast dos Estados Unidos que foi ao ar ontem.

Confidente próximo do primeiro-ministro Binyamin Netayahu, Dermer irá para Washington na próxima semana para ouvir as preocupações do governo de Joe Biden de que tal invasão provocaria muito mais vítimas civis em um momento em que a fome e doenças se espalham em Gaza.

O Secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, está na região da guerra pressionando por um acordo entre Israel e o grupo Hamas que iria permitir um cessar-fogo de seis semanas e a troca de reféns por prisioneiros palestinos, juntamente com um grande aumento de ajuda humanitária para os mais de 2 milhões de palestinos na região costeira do enclave.

Dermer disse que os Estados Unidos não rejeitaram categoricamente qualquer operação militar de Israel em Rafah. "Eles disseram que sem uma forma credível de retirar uma quantidade massiva de pessoas para fora de Rafah e de lhes fornecer assistência humanitária, não veem como isso pode ser feito de forma eficaz", declarou.

"E nós estamos dizendo que nós concordamos com vocês que nós temos que retirar as pessoas, nós concordamos que temos que dar assistência humanitária a eles, e nós acreditamos que podemos fazer isso", disse Dermer.

O ministro israelense ainda declarou que está viajando para Washington para ouvir as ideias dos Estados Unidos sobre o que fazer. Houve uma série de discordâncias entre Estados Unidos e Israel sobre a estratégia durante os mais de cinco meses de conflito, mas eles acabaram superando-as, disse. "Você poderia ter uma ruptura sobre Rafah? Poderia. Esperamos que não tenhamos "

Nas última semanas, especialmente à medida que a fome e as doenças se espalharam em Gaza sem um plano claro sobre a distribuição de comida, Biden e outros democratas dos Estados Unidos criticaram abertamente Netanyahu e as políticas israelenses. O líder da maioria no Senado americano, Chuck Schumer, apelou a Israel para realizar novas eleições, uma medida que Netanyahu rejeitou.

Assim como Netanyahu enfrenta pressão a sua direita, Biden enfrenta pressão pela esquerda, e cada um deles luta pela sobrevivência política.

Nenhuma invasão de Rafah parece iminente, uma vez que as reuniões de Washington não ocorreram ainda. Outros fatores como uma potencial trégua e a necessidade de Israel de finalizar e implementar um plano para remover civis de perigo e convocar milhares de tropas para operação também afetarão o cronograma.

Mesmo assim, Dermer argumentou que os batalhões e os principais líderes do Hamas que se pensa estarem em Rafah - além dos possíveis 100 reféns - precisam ser derrotados para que o grupo terrorista possa ser removido do poder em Gaza. Até que aconteça, ele diz, outros moradores de Gaza terão medo de avançar como líderes de um enclave pós-guerra.

CHINA

Xi Jinping vai se reunir com CEOs americanos em Pequim

O presidente da China, Xi Jinping, está planejando se encontrar com um grupo de líderes de negócios dos EUA na próxima quarta-feira após o evento Fórum de Desenvolvimento da China, patrocinado pelo governo.

É esperado que participem da reunião o CEO da Chubb, Evan Greenberg, bem como o presidente do Comitê Nacional de Relações EUA-China, Stephen Orlins, e o presidente do Conselho Empresarial EUA-China, Craig Allen, segundo fontes. A lista de participantes ainda está sendo preenchida e as fontes relataram que Pequim poderia cancelar a reunião com Xi no último minuto.

Executivos dos EUA se dirigem à capital chinesa neste fim de semana para o Fórum de Desenvolvimento da China, um evento anual onde líderes empresariais globais se encontram com os legisladores chineses. A reunião de dois dias está prevista para começar neste domingo. Os tópicos a serem discutidos incluem o crescimento econômico da China, inteligência artificial (IA) e mudanças climáticas, de acordo com um rascunho de agenda visto pelo *The Wall Street Journal*.

Depois de se manterem discretos no fórum do ano passado, os CEOs americanos voltarão em força este ano. De acordo com um rascunho de lista de participantes visto pelo *Wall Street Journal*, os EUA constituirão a maior delegação empresarial global na reunião deste mês, com 34 dos mais de 85 altos executivos esperados vindo de multinacionais americanas.

FRANÇA

Macron vai evitar debater Mercosul-UE em visita ao Brasil

FELIPE FRAZÃO/AE

O governo da França indicou na quarta-feira passada, que o presidente Emmanuel Macron (**foto**) vai pautar nas conversas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, previstas para a viagem ao Brasil na próxima semana, as guerras em curso na Ucrânia e na Faixa de Gaza - temas sobre os quais há divergências de abordagem. O presidente francês, no entanto, não pretende discutir - nem está disposto a ceder - na sua oposição ao acordo entre os blocos Mercosul e União Europeia, de acordo com o Palácio de Eliseu.

Autoridades do Executivo francês afirmam que, a despeito das divergências, a França tem objetivo de buscar uma "agenda comum" o Brasil, para ajudar na construção de soluções para as guerras. O governo francês afirma que, num contexto de recrudescimento na Ucrânia, se faz ainda mais necessário envolver parceiros que tenham posições divergentes.

O petista, no entanto, deu diversas declarações públicas interpretadas como simpáticas ao Kremlin.

VISÕES SOBRE A GUERRA

A França tem dito que seus "interesses de segurança estão ameaçados pela evolução do conflito e também pela posição agressiva da Rússia", num quadro de guerra sem alterações significativas há dois anos, após a invasão militar promovida pelos russos em fevereiro de 2022. Os franceses argumentam que a guerra é uma questão existencial para a Europa. Eles disseram que podem ver como ajudar na interlocução de o presidente ucraniano, Volodmir Zelenski, e Lula.

Paris está diretamente envolvida no apoio à Ucrânia, e Macron já cogitou o envio de tropas, o que provocou embates com o presidente da Rússia, Vladimir Putin. Já Lula inicialmente evitou tomar lado em busca de uma posição mediadora, mas chegou a dizer que Putin e Zelenski tinham responsabilidades similares pela continuidade do conflito - uma de várias de suas declarações interpretadas no Ocidente como pró-Rússia. O Brasil não aderiu a sanções econômicas e aprofundou o comércio com Moscou.

Autoridades do Eliseu dizem que também vão buscar "pontos de convergência, mesmo que tenhamos diferenças claras" com objetivo de pôr fim à crise humanitária na Faixa de Gaza, após a eclosão da guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas - o estopim foi o massacre de 7 de outubro do ano passado.

MERCOSUL-UE

Segundo fontes da presidência francesa, Macron vai reiterar sua oposição ao acordo e entende que o assunto não deve ser objeto de discussões numa visita bilateral, porque as negociações estão em curso na Comissão Europeia. O presidente da França bloqueou politicamente a assinatura do acordo entre os blocos no fim do ano passado, e Lula pressiona agora mais uma vez pelo avanço, a despeito da rejeição francesa.

RICARDO STUCKERT-PR

A França manifestou dificuldades políticas por causa de protestos do setor agrícola - que é contra a abertura a produtos exportados dos países sul-americanos - e pediu que todos os produtos que circulam no mercado europeu estejam sujeitos às mesmas normas e exigências internas do bloco. O presidente Lula disse no início do mês que as questões levantadas pelo Brasil estão solucionadas e que o País está pronto para assinar.

MADURO

A presidência da França diz que os dois líderes vão conversar também sobre como garantir a realização de eleições em 28 de julho, na Venezuela, data anunciada pelo regime chavista. Paris afirma que os dois países querem contribuir com a organização das eleições "livres e transparentes" e que tanto Macron quanto Lula têm cobrado o ditador Nicolás Maduro, em conversas recentes com o chavista.

"Para conseguir isto, a oposição deve, de fato, ser capaz de participar. Esta é uma mensagem forte que o próprio presidente da República (Macron) deu a Nicolás Maduro quando teve a oportunidade de falar com ele há alguns meses. Este também é um ponto que o presidente Lula transmitiu em conversas com Maduro", disse o Eliseu, que fala no desejo de ver as sanções suspensas e a normalização de relações com a Venezuela.

ROTEIRO

Macron fará uma visita ao Brasil na próxima semana. Ele passará três dias no País, de 26 a 28 de março, na companhia de Lula, e visitará quatro cidades: Belém (PA), Itaguaí (RJ), São Paulo (SP) e Brasília (DF). A visita de Estado foi anunciada logo após a vitória de Lula, mas acabou adiada por ao menos um ano. A agenda do francês será a mais robusta de um líder estrangeiro no País, no terceiro mandato de Lula, com agenda conjunta no Pará, no Rio e no Distrito Federal.

MGE TRANSMISSÃO S/A

CNPJ: 11.638.929/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação da Assembleia de Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A **MGE Transmissão S.A.** reafirma seu compromisso com a excelência na implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como agradece a colaboração dos seus Acionistas, Membros do Conselho de Administração, Colaboradores, Fornecedores, Financiadores e Órgãos Reguladores e Governamentais. **Conselho de Administração: 1. HISTÓRICO:** A **MGE Transmissão S.A.** ("Companhia"), constituída em 3 de fevereiro de 2010 é uma sociedade por ações de capital fechado, seus propósitos são específicos (SPE), atuando no setor de transmissão de energia elétrica é responsável pela construção, operação e manutenção das instalações sob sua concessão na Região Sudeste do Brasil, nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica–ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME. Seu controle acionário é detido pela Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% de participação e por Furnas Centrais Elétricas S.A., controlada pela Eletrobras, com 49%. Em 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 008/2010–ANEEL–Instalação de Transmissão de Rede Básica, com prazo de concessão de 30 anos. A conclusão da implantação e a operação comercial das instalações vinculadas ao seu contrato de concessão ocorreu em julho de 2014. **2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Dados Econômico-financeiros	2023	2022
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	85.417	105.673
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	79.537	99.236
Resultado Financeiro (R$ mil)	(4.630)	(7.031)
Lucro Líquido do Exercício (R$ mil)	59.396	76.765
Ativo Total (R$ mil)	547.279	531.501
Dívida Bruta (R$ mil)	76.264	87.235
Dívida Líquida (R$ mil) (*)	61.037	73.262
Patrimônio Líquido (R$ mil)	415.747	384.802

(*) Dívida Líquida de Disponibilidades e Aplicações Financeiras

3. ENDIVIDAMENTO	Taxa anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
BNDES Subcrédito A	TJLP + 2,03% a.a.	27.809	36.462
BNDES Subcrédito B	TJLP + 1,63% a.a.	4.915	6.445
BNDES Subcrédito C	TJLP	164	215
Capital de Giro – Banco Itaú	9,64% a.a.	-	2
BNDES Subcrédito A	IPCA + 3,67% a.a.	21.239	21.782
BNDES Subcrédito B	IPCA + 3,67% a.a.	22.137	22.329
Total		76.264	87.235
Circulante		13.877	13.603
Não circulante		62.387	73.632

4. CAPITAL SOCIAL: O capital social autorizado é de R$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais). O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 278.231.800,00 (duzentos e setenta e oito milhões duzentos e trinta e um mil e oitocentos reais), representado por 278.231.800 ações ordinárias, sem valor nominal. **5. AUDITORES INDEPENDENTES:** Nos termos da Instrução CVM nº. 308/99, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis para atendimento às exigências regulatórias da ANEEL. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO - 2023

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselheiros Titulares:		
Presidente	**De**	**Até**
Fernando Augusto Rojas Pinto	01/01/2023	31/12/2023
Vice-Presidente		
Victor Hugo Góes Ricco	01/01/2023	31/12/2023
Membros		
Flávio Cesar Guimarães Ávila	01/01/2023	31/12/2023
Lina Patricia Coy Calixto	01/01/2023	31/03/2023
Diego Alejandro Forero Beltrán	01/04/2023	31/12/2023
Conselheiros Suplentes		
Lina Patricia Coy Calixto	01/04/2023	03/11/2023
Miguel Angel Rojas Torres	01/01/2023	31/12/2023

DIRETORIA

Diretor Administrativo-Financeiro	De	Até
José Mauro Martins Leone	01/01/2023	08/03/2023
Gersino Saragosa Guerra	09/03/2023	31/12/2023
Diretor Técnico	**De**	**Até**
Antonio Costa e Costa	01/01/2023	31/12/2023

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.726	9.039
Concessionárias e permissionárias	6	6.750	6.912
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	47.069	44.293
Outros créditos		425	1.892
Total do ativo circulante		**64.970**	**62.136**
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	5	4.501	4.934
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	476.953	463.520
Depósitos judiciais		612	623
Imobilizado		243	288
Total do ativo não circulante		**482.309**	**469.365**
Total do ativo		**547.279**	**531.501**
Passivo	**Nota explicativa**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Passivo circulante			
Fornecedores	9	744	1.673
Empréstimos e financiamentos	10	13.877	13.603
Impostos correntes a pagar		1.473	1.587
Dividendos a pagar	8.c	14.107	19.656
Outras contas a pagar	11	3.286	2.101
Total do passivo circulante		**33.487**	**38.620**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	62.387	73.632
Tributos diferidos	18.a	35.267	34.176
Provisão para riscos	12.a	391	271
Total do passivo não circulante		**98.045**	**108.079**
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	278.232	278.232
Reserva de lucros	13.b	137.515	106.570
Total do patrimônio líquido		**415.747**	**384.802**
Total do patrimônio líquido e total do passivo		**547.279**	**531.501**

Demonstrações do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)*

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Receita líquida	15	79.537	99.236
Custo de operação e manutenção	19.b	(10.213)	(9.933)
Lucro bruto		**69.324**	**89.303**
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração do pessoal		(447)	(313)
Remuneração dos administradores	8.b	(569)	(484)
Serviços de terceiros		(567)	(682)
Outras receitas e despesas operacionais		(231)	(263)
Total das despesas gerais e administrativas	16	**(1.814)**	**(1.742)**
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		**67.510**	**87.561**
Receitas financeiras	17	2.533	1.616
Despesas financeiras	17	(7.163)	(8.647)
Resultado financeiro líquido		**(4.630)**	**(7.031)**
Lucro antes dos impostos		**62.880**	**80.530**
Imposto de renda e contribuição social	18.c	(3.484)	(3.765)
Lucro líquido do exercício		**59.396**	**76.765**
Resultado por ação–em reais	14	**0,2135**	**0,2759**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	59.396	76.765
Total do resultado abrangente do exercício	**59.396**	**76.765**

Demonstrações dos fluxos de caixa–Método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		59.396	76.765
Ajustes lucro:			
PIS e COFINS diferidos	18.b	592	1.451
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.c	499	1.224
Depreciação		50	63
Remuneração do ativo de contrato	7	(63.764)	(83.305)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.a	6.973	8.376
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber (Ativo de contrato)		47.555	43.553
Concessionárias e permissionárias		162	(1.394)
Outros créditos e outros ativos		1.478	(1.754)
Provisão para riscos		120	(165)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(929)	197
Impostos correntes a pagar		2.369	2.436
Outras contas a pagar		1.185	(2.341)
Empréstimos e financiamentos–juros	10.a	(4.590)	(5.425)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.483)	(1.702)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**48.613**	**37.979**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		433	(38)
Aquisição de imobilizado		(5)	(9)
Caixa líquido gerado/aplicado pelas atividades de investimento		**428**	**(47)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos–principal	10.a	(13.354)	(13.067)
Dividendos pagos	13.c	(34.000)	(20.000)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento		**(47.354)**	**(33.067)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**1.687**	**4.865**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	9.039	4.174
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	10.726	9.039
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**1.687**	**4.865**

Demonstrações do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	21.653	22.368
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	63.764	83.305
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(9.663)	(9.638)
Valor adicionado bruto	**75.754**	**96.035**
Depreciação e amortização	(50)	(63)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**75.704**	**95.972**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.533	1.616
Valor adicionado total a distribuir	**78.237**	**97.588**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**1.854**	**1.544**
Remunerações	716	577
Férias e 13º Salário	152	143
Encargos sociais (Exceto INSS)	70	60
Benefícios	347	280
Administradores	569	484
Impostos, taxas e contribuições	**9.824**	**10.632**
INSS (Sobre folha de pagamento)	239	189
ICMS	88	70
PIS/COFINS s/faturamento	3.140	3.849
Tributos sobre o lucro	3.484	3.765
Obrigações intrassetoriais	2.740	2.588
Outros	133	171
Remuneração de capitais de terceiros	**7.163**	**8.647**
Encargos de dívida e variação monetária	7.047	8.538
Outras	116	109
Remuneração de capitais próprios	**59.396**	**76.765**
Lucro retido do exercício	45.289	58.533
Dividendos	14.107	18.232
Valor adicionado distribuído	**78.237**	**97.588**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas explicativas	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**278.232**	**3.150**	**44.887**	–	**326.269**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	76.765	76.765
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		–	3.838	–	(3.838)	–
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		–	–	–	(18.232)	(18.232)
Constituição reserva de retenção de lucros		–	–	54.695	(54.695)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**278.232**	**6.988**	**99.582**	–	**384.802**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	59.396	59.396
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		–	2.969	–	(2.969)	–
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		–	–	–	(14.107)	(14.107)
Constituição reserva de retenção de lucros		–	–	42.320	(42.320)	–
Distribuição de dividendos adicionais		–	–	(14.344)	–	(14.344)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13	**278.232**	**9.957**	**127.558**	–	**415.747**

Notas explicativas às demonstrações financeiras ***(Em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma):*** **1 Informações gerais: 1.1 Contexto operacional:** A MGE Transmissão S.A. ("MGE" ou "Companhia"), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio MGE atualmente formado por Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% e por Furnas Centrais Elétricas S.A., controlada pela Eletrobras, com 49%, vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009 para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 008/2010–ANEEL. Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica localizados nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. **1.2 Da concessão:** No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 008/2010–ANEEL–Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão: (i) LT 500 kV, CS SE Mesquita–SE Mutum com 136 km; (ii) LT 500 kV, CS SE Mutum – SE Viana 2 com 119 km; (iii) LT 345 kV CD SE Viana 2–SE Viana com 8 km; (iv) Subestação Viana 2 em 500/345 kV e (v) Entradas de linha, interligação de barras, autotransformador, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações acima entraram em operação comercial em julho de 2014. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial. Conforme a Resolução Homologatória nº 3.216/2023, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo tarifário julho/2023 a junho/2024, é de R$67.514 (R$64.237 no ciclo julho/2022 a junho/2023), incluindo as contribuições reembolsáveis (PIS e COFINS). Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Concessão, em intervalos de cinco anos durante o período de concessão, no 5º, 10º e 15º ano, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão onde será revisado o custo de capital de terceiros, sendo que a revisão tarifária periódica do 15º ano ocorrerá em julho de 2026. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade da Companhia, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida. Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Reserva Global de Reversão (RGR)–Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional. • Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)–Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pela Aneel no percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)–Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto do Contrato de Concessão, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração estima que o valor histórico de indenização é de R$127.393, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais. A reversão dos bens da concessão ao Poder Concedente ocorrerá após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os artigos 6 e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2023, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. **2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2024. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: ***(i) Contabilização de contratos de concessão:*** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. ***(ii) Reconhecimento do ativo de contrato:*** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa 1.2. ***(iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato:*** A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 6,59% a.a. para a implantação do projeto e de 9,48% a.a. para a ampliação. **3 Principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras: **a. Receita operacional:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: • Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada por meio de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado pelo regime de competência. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. • Receita de remuneração ativo de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. • Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **b. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(i) Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. *Custo amortizado:* São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (redução ao valor recuperável de ativos). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Caixa e bancos", "Contas a receber (ativo de contrato)", "Concessionárias e permissionárias" e "Outros créditos". *Valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Aplicações financeiras". ***(ii) Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam "Outras contas a pagar", "Fornecedores", "Empréstimos e financiamentos", "Dividendos" e "Obrigações estimadas". **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **d. Concessionárias e permissionárias:** Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL). **e. Ativo de contrato:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47–Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. **f. Despesas antecipadas:** Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices. **g. Demais ativos circulante e não circulante:** São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas. **h. Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente. **i. Impostos e contribuições:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%. Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. **j. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment'):** A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **k. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). **l. Resultado por ação:** O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia. **m. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"):** A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros. **n. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS *International Financial Reporting Standards* **(Normas Internacionais de Relatório Financeiro).** A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09–Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.1 Normas e interpretações novas e revisadas: Novas normas aplicadas a partir de 01/01/2023:** No exercício

MGE TRANSMISSÃO S/A

CNPJ: 11.638.929/0001-67

corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis–CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments*	Divulgação de políticas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/ IAS 12	Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras. **Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis**

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com *Covenants*	
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de *leaseback*	01/01/2024
Alterações ao CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	1.876	2.156
Aplicações financeiras	8.850	6.883
Total	**10.726**	**9.039**

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú	CDB-DI	98,71% CDI	8.850	6.883
Total			**8.850**	**6.883**

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa de nº 20. **5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito):** Referem-se à aplicação restrita para garantia do contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e corresponde a um multiplicador do valor da última prestação mensal paga do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú	Fundo de Investimento	93,99% CDI (*)	4.501	4.934
Total			**4.501**	**4.934**

(*) Rentabilidade relativa ao benchmark dos últimos 12 meses. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa de nº 20. **6 Concessionárias e permissionárias:** Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS. A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	6.750	6.912
Total	**6.750**	**6.912**

7 Contas a receber (Ativo de contrato)

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2021	Atualização/ remuneração do ativo de contrato (+)	Realização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022
Ativo de contrato	**468.061**	**83.305**	**(43.553)**	**507.813**
Circulante	39.642			44.293
Não circulante	428.419			463.520

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022	Atualização/ remuneração do ativo de contrato (+)	Realização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2023
Ativo de contrato	**507.813**	**63.764**	**(47.555)**	**524.022**
Circulante	44.293			47.069
Não circulante	463.520			476.953

O ativo de contrato refere-se à prestação de serviços de construção, operação e manutenção das instalações de transmissão e estão classificadas como custo amortizado. **8 Transações com partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas suas acionistas, seus diretores, seus conselheiros e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1)–Divulgação sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir: **a. Prestação de serviços com Furnas Centrais Elétricas S.A.:** A Companhia possuía contrato de O&M com Furnas até dezembro de 2016, porém o serviço foi prestado até 05 de janeiro de 2017. O valor do serviço prestado após a finalização do contrato foi totalmente liquidado em outubro de 2023. **b. Remuneração dos administradores:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração dos administradores totalizou R$569 (R$484 em 2022), sendo registrada como despesas gerais e administrativas.

	31/12/2023	31/12/2023
Remuneração	(466)	(385)
Encargos e benefícios	(103)	(99)
Total	**(569)**	**(484)**

c. Dividendos a pagar	31/12/2023	31/12/2022
Gebbras Participações Ltda	7.195	10.025
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.912	9.631
Total	**14.107**	**19.656**

9 Fornecedores	31/12/2023	31/12/2022
Mapa Construtora e Serviços Ltda	68	68
Engex Engenharia Ltda	20	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	23	497
Cemig Geração e Transmissão S.A.	12	-
Engelinhas Serviços e Engenharia Ltda	-	687
SVA Segurança e Vigilância Armada Eireli	429	315
Outros	192	106
Total	**744**	**1.673**

10 Empréstimos e financiamentos: a. Composição

	Taxa anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
BNDES Subcrédito A	TJLP + 2,03% a.a.	27.809	36.462
BNDES Subcrédito B	TJLP + 1,63% a.a.	4.915	6.445
BNDES Subcrédito C	TJLP	164	215
Capital de Giro – Banco Itaú	9,64% a.a.	-	2
BNDES Subcrédito A	IPCA + 3,67% a.a.	21.239	21.782
BNDES Subcrédito B	IPCA + 3,67% a.a.	22.137	22.329
Total		**76.264**	**87.235**
Circulante		13.877	13.603
Não circulante		62.387	73.632

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**97.351**
Provisões de juros	8.376
Juros pagos	(5.425)
Amortização de principal	(13.067)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**87.235**
Provisões de juros	6.973
Juros pagos	(4.590)
Amortização de principal	(13.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**76.264**

b. Cronograma de pagamento não circulante

2024	13.877
2025	13.877
2026 a 2027	34.633
Total	**62.387**

c. Garantias: Por força dos referidos contratos de financiamento, a Companhia cedeu fiduciariamente, por meio de "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças", a totalidade dos direitos creditórios de que era titular emergente do Contrato de Concessão nº 008/2010–ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL–Agência Nacional de Energia Elétrica, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 MGE TRA: CCO-2010-012, firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS. As intervenientes Gebbras e Furnas deram ao BNDES, em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade. **d. Covenants;** O contrato firmado com o BNDES contém cláusulas restritivas sobre o nível de e índice de cobertura do capital próprio, a manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, a manutenção do patrimônio líquido em relação ao total de ativo em percentual igual ou superior a 30%, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e operacionais. De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias anuais. Se o ICSD for de no mínimo 1,30 a Companhia precisará manter uma conta reserva de repasse de três vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida, e se o ICSD for inferior a 1,30 a Companhia deverá manter na conta reserva o montante equivalente a seis vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está em conformidade com a referida cláusula de covenants.

11 Outras contas a pagar	31/12/2023	31/12/2022
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	716	473
Reserva global de reversão–RGR	682	838
Taxa de fiscalização–TFSEE	564	530
Antecipação – Aviso de crédito de clientes	1.061	-
Outros	263	260
Total	**3.286**	**2.101**

12 Provisão para riscos: A Companhia está envolvida em processos cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

	31/12/2023			31/12/2022		
Risco	**Cível**	**Trabalhista**	**Total**	**Cível**	**Trabalhista**	**Total**
Provável (a)	391	-	391	271	-	271
Possível (b)	9.510	-	9.510	10.364	-	10.364
	9.901	**-**	**9.901**	**10.635**	**-**	**10.635**

a. Processos prováveis: Composto por processos de indenização por instituição de servidão de passagem no montante de R$391 (valor atualizado). **b. Processos possíveis:** compõe-se principalmente por processos de indenização por instituição de servidão de passagem no montante de R$9.233 (valor atualizado), sendo o valor remanescente pulverizado em diversos processos. **13 Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$278.232, representado por 278.231.800 ações ordinárias, sem valor nominal.

	31/12/2023			31/12/2022		
Acionistas	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**
Gebbras Participações Ltda	141.898.218	51	141.898	141.898.218	51	141.898
Furnas–Centrais Elétricas S.A.	136.333.582	49	136.334	136.333.582	49	136.334
Total	**278.231.800**	**100**	**278.232**	**278.231.800**	**100**	**278.232**

b. Reservas de lucros: As reservas de lucros são compostas por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e é limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definição do estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	59.396	76.765
Reserva legal (5%)	(2.969)	(3.838)
Lucro líquido do exercício ajustado	**56.427**	**72.927**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	14.107	18.232
Reserva de retenção de lucros	42.320	54.695

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2022	**106.570**
Constituição reserva de lucros	45.289
Distribuição de dividendos adicionais	(14.344)
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2023	**137.515**

c. Dividendos: Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuída, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou o pagamento de R$34.000, referente a dividendos de exercícios anteriores. A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2022	**19.656**
Pagamento de dividendos	(19.656)
Constituição de dividendos adicionais	14.344
Pagamento de dividendos adicionais	(14.344)
Dividendos mínimos obrigatórios	14.107
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023	**14.107**

14 Resultado por ação	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	59.396	76.765
Quantidade de ações ordinárias (em milhares)	278.232	278.232
Resultado por ação ordinária (em Reais)	**0,2135**	**0,2759**

Não há efeitos de diluição no cálculo do resultado por ação.

15 Receita líquida	31/12/2023	31/12/2022
Receita de remuneração do ativo de contrato	63.764	83.305
Receita de operação	21.653	22.368
Receita bruta	**85.417**	**105.673**
(-) PIS e COFINS	(3.140)	(3.849)
(-) Encargos regulatórios	(2.740)	(2.588)
Receita líquida	**79.537**	**99.236**

16 Despesas gerais e administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(447)	(313)
Administradores	(569)	(484)
Material	(3)	(4)
Serviços de terceiros	(567)	(685)
Seguros	(10)	(22)
Tributos	-	(3)
Depreciação	(50)	(63)
Outras despesas e receitas operacionais	(168)	(168)
Total	**(1.814)**	**(1.742)**

17 Resultado financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.507	1.543
Outras receitas financeiras	26	73
	2.533	**1.616**
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos e financiamentos	(6.973)	(8.375)
Atualizações monetárias	(74)	(163)
Outras despesas financeiras	(116)	(109)
	(7.163)	**(8.647)**
Total do resultado financeiro	**(4.630)**	**(7.031)**

18 Impostos e contribuições: a. Tributos diferidos

Natureza dos tributos	31/12/2023	31/12/2022
PIS diferido	3.406	3.301
COFINS diferido	15.721	15.234
IRPJ diferido	10.480	10.156
CSLL diferido	5.660	5.485
	35.267	**34.176**

b. PIS e COFINS–Deduções da receita	31/12/2023	31/12/2022
Receita anual permitida (RAP)	69.813	65.697
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto corrente no resultado	**(2.548)**	**(2.398)**
Receita de remuneração e construção do ativo de contrato	63.764	83.305
Base de cálculo do imposto diferido	63.764	83.305
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(2.327)	(3.041)
Baixa de PIS/COFINS diferidos	1.735	1.590
Imposto diferido no resultado	**(592)**	**(1.451)**
PIS e COFINS dedução da receita	**(3.140)**	**(3.849)**

c. Imposto de renda e contribuição social	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receita Anual Permitida (RAP)	69.813	69.813	65.697	65.697
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	5.585	8.378	5.256	7.884
Receitas financeiras	2.525	2.525	1.592	1.592
Base de cálculo	8.110	10.903	6.848	9.476
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(1.216)	(981)	(1.027)	(853)
Adicional de 10%–IRPJ	(787)	-	(661)	-
Imposto corrente no resultado	**(2.003)**	**(981)**	**(1.688)**	**(853)**
Receita de remuneração e construção do ativo de contrato	63.764	63.764	83.305	83.305
Base de cálculo do imposto diferido	63.764	63.764	83.305	83.305
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	5.101	7.652	6.664	9.997
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(1.275)	(689)	(1.666)	(900)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	951	513	872	470
Imposto diferido no resultado	**(324)**	**(176)**	**(794)**	**(430)**
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	**(2.327)**	**(1.157)**	**(2.482)**	**(1.283)**

19 Custos: a. Custos de operação e manutenção	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(1.077)	(937)
Material	(897)	(123)
Serviços de terceiros	(8.045)	(8.028)
Arrendamentos e aluguéis	(104)	(14)
Seguros	(183)	(145)
Provisão para litígios	(120)	165
Outros custos de operação e manutenção	213	(851)
Total	**(10.213)**	**(9.933)**

20 Instrumentos financeiros: a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	10.726	1
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	4.501	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	6.750	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	524.022	
Outros créditos	Custo amortizado	425	
		546.424	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	76.264	
Fornecedores	Custo amortizado	744	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	14.107	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	3.286	
		94.401	

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	9.039	1
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	4.934	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	6.912	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	507.813	
Outros créditos	Custo amortizado	1.892	
		530.590	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	87.235	
Fornecedores	Custo amortizado	1.673	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	19.656	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.003	
		110.567	

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 1. Para determinação do valor, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. Hierarquia do valor justo: Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir: Nível 1–Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. Nível 2–Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3–Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **c. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. ***(i) Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS. ***(ii) Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade. O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, incluindo a projeção de correção monetária e juros futuros, em 31 de dezembro de 2023.

	Total	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Mais de 2 anos
Fornecedores	744	744	–	–
Empréstimos e financiamentos	85.412	14.955	29.779	40.678

(iii) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. *Riscos relacionados às aplicações financeiras:* A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco. *Riscos relacionados à taxa de juros:* Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP). **d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas de juros prefixadas e atreladas à variação do CDI e da TJLP. Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2023, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e TJPL, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco. Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,03	9,77	6,52
Aplicações financeiras		13.351	1.740	1.304	870
Impacto no resultado			-	(436)	(870)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN. Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
TJLP (%)	Aumento da TJLP		7,00	8,75	10,50
Empréstimos e financiamentos		76.264	5.338	6.673	8.008
Impacto no resultado			-	(1.335)	(2.670)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. **21 Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores / Seguro D&O (*)	30.000	30/04/2023 a 30/04/2024
Risco operacional	72.571	30/04/2023 a 30/04/2024
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2023 a 30/04/2024

(*) Apólice Unificada com outras Companhias do Grupo. **22 Questões ambientais:** As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis–IBAMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia. **23 Eventos subsequentes – Incorporação do acionista Furnas pela Eletrobras:** As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, controlador do acionista Furnas, aprovou em 11 de janeiro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a autorização aos administradores da Eletrobras a praticarem todos os atos necessários à implementação da Incorporação de Furnas pela Eletrobras, com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2024.

Gersino Saragosa Guerra -Diretor Administrativo-Financeiro
Antônio Costa e Costa - Diretor Técnico
Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
Leandro Borges Jordão - Contador - CRC GO-001605/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da MGE Transmissão S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da MGE Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGE Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definid s nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2024. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ; Diego Wailer da Silva - Contador - CRC nº 1 RS 074562/O-3.

GOIÁS TRANSMISSÃO S/A

CNPJ: 11.708.279/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação da Assembleia de Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A **GOIÁS Transmissão S.A.** reafirma seu compromisso com a excelência na implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como agradece a colaboração dos seus Acionistas, Membros do Conselho de Administração, Colaboradores, Fornecedores, Financiadores e Órgãos Reguladores e Governamentais. **Conselho de Administração. 1. HISTÓRICO:** A **Goiás Transmissão S.A.** ("Companhia"), constituída em 3 de fevereiro de 2010, é uma sociedade por ações de capital fechado, seus propósitos são específicos (SPE), atuando no setor de transmissão de energia elétrica é responsável pela construção, operação e manutenção das instalações sob sua concessão na Região Centro-Oeste do Brasil, no Estado de Goiás. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. Seu controle acionário é detido pela Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% de participação e por Furnas Centrais Elétricas S.A., controlada pela Eletrobras, com 49%. Em 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL - Instalação de Transmissão de Rede Básica, com prazo de concessão de 30 anos. A conclusão da implantação e a operação comercial das instalações vinculadas ao seu contrato de concessão ocorreu em outubro de 2013.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-financeiros	2023	2022
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	152.686	159.968
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	135.311	150.895
Resultado Financeiro (R$ mil)	(31.370)	(36.140)
Lucro Líquido do Exercício (R$ mil)	56.102	78.954
Ativo Total (R$ mil)	875.868	815.379
Dívida Bruta (R$ mil)	312.664	321.724
Dívida Líquida (R$ mil) (*)	277.659	285.631
Patrimônio Líquido (R$ mil)	390.968	395.583

* Dívida Líquida de Disponibilidades e Aplicações Financeiras

3. ENDIVIDAMENTO	Taxa anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures – 1ª emissão	IPCA + 6,0548%a.a.	312.664	321.724
Circulante		32.626	30.399
Não circulante		280.038	291.325

4. CAPITAL SOCIAL: O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, é de R$ 174.095.200,00 (cento e setenta e quatro milhões, noventa e cinco mil e duzentos reais), representado por 315.195.000 ações ordinárias, sem valor nominal. **5. AUDITORES INDEPENDENTES:** Nos termos da Instrução CVM nº. 308/99, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis para atendimento às exigências regulatórias da ANEEL. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO - 2023

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Conselheiros Titulares:		
Presidente	**De**	**Até**
Fernando Augusto Rojas Pinto	01/01/2023	31/12/2023
Vice-Presidente		
Victor Hugo Góes Ricco	01/01/2023	31/12/2023
Membros		
Flávio Cesar Guimarães Ávila	01/01/2023	31/12/2023
Lina Patricia Coy Calixto	01/01/2023	31/03/2023
Diego Alejandro Forero Beltrán	01/04/2023	31/12/2023
Conselheiros Suplentes		
Lina Patricia Coy Calixto	01/04/2023	03/11/2023
Miguel Angel Rojas Torres	01/01/2023	31/12/2023

DIRETORIA		
Diretor Administrativo-Financeiro	**De**	**Até**
José Mauro Martins Leone	01/01/2023	08/03/2023
Gersino Saragosa Guerra	09/03/2023	31/12/2023
Diretor Técnico	**De**	**Até**
Antonio Costa e Costa	01/01/2023	31/12/2023

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.664	13.029
Concessionárias e permissionárias	6	9.616	8.772
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	73.773	65.181
Outros créditos		987	341
Total do ativo circulante		**96.040**	**87.323**
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	5	23.341	23.064
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	755.785	704.326
Depósitos judiciais		91	122
Imobilizado		611	544
Total do ativo não circulante		**779.828**	**728.056**
Total do ativo		**875.868**	**815.379**
Passivo	**Nota explicativa**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Passivo circulante			
Fornecedores	9	1.052	1.324
Debêntures	10	32.626	30.399
Impostos correntes a pagar		934	1.810
Dividendos a pagar	8.c	13.324	16.140
Outras contas a pagar	11	6.035	2.765
Total do passivo circulante		**53.971**	**52.438**
Passivo não circulante			
Debêntures	10	280.038	291.325
Provisão para riscos	12	14	13
Dividendos a pagar	8.c	66.765	24.232
Tributos diferidos	18.a	84.112	51.788
Total do passivo não circulante		**430.929**	**367.358**
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	174.095	174.095
Reserva de lucros	13.b	216.873	221.488
Total do patrimônio líquido		**390.968**	**395.583**
Total do patrimônio líquido e total do passivo		**875.868**	**815.379**

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)*

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Receita líquida	15	135.311	150.895
Custo de construção	19.a	(4.620)	(17.807)
Custos de operação e manutenção	19.b	(11.461)	(8.775)
Lucro bruto		**119.230**	**124.313**
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração do pessoal		(935)	(751)
Remuneração dos administradores	8.b	(976)	(769)
Serviços de terceiros		(852)	(896)
Outras receitas e despesas operacionais		(279)	(107)
Total das despesas gerais e administrativas	16	**(3.042)**	**(2.523)**
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		**116.188**	**121.790**
Receitas financeiras	17	5.356	5.421
Despesas financeiras	17	(36.726)	(41.561)
Resultado financeiro líquido		**(31.370)**	**(36.140)**
Lucro antes dos impostos		**84.818**	**85.650**
Imposto de renda e contribuição social	18.b	(28.716)	(6.696)
Lucro líquido do exercício		**56.102**	**78.954**
Resultado por ação–em reais	14	**0,1780**	**0,2505**

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	56.102	78.954
Total do resultado abrangente do exercício	**56.102**	**78.954**

Demonstrações dos fluxos de caixa–Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		56.102	78.954
Ajustes ao lucro:			
PIS e COFINS diferidos		5.555	2.831
Imposto de renda e contribuição social diferidos		26.769	2.389
Juros, variação monetária e custo de transação sobre debêntures	10.a	36.082	40.638
Depreciação		66	72
Remuneração do ativo de contrato	7	(127.977)	(122.997)
Receita de construção	7	(4.795)	(18.482)
Provisão para contingências		–	2
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	72.721	63.920
Concessionárias e permissionárias		(844)	(979)
Outros créditos e outros ativos		(615)	3
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(272)	24
Impostos correntes a pagar		1.266	3.387
Outras contas a pagar		3.271	(1.474)
Pagamento de debêntures–juros	10.a	(20.021)	(20.945)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.142)	(2.956)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**45.166**	**24.387**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado		(133)	(201)
Aplicações financeiras		(277)	(4.524)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(410)**	**(4.725)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de debêntures–Principal	10.a	(25.121)	(22.067)
Dividendos pagos	13.c	(21.000)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(46.121)**	**(22.067)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(1.365)**	**(2.405)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	13.029	15.434
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	11.664	13.029
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(1.365)**	**(2.405)**

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	19.914	18.489
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	127.977	122.997
Receitas relativas à construção	4.795	18.482
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros referente à operação	(11.602)	(9.082)
Materiais, serviços de terceiros e outros referente à construção	(4.620)	(17.807)
Valor adicionado bruto	**136.464**	**133.079**
Depreciação e amortização	(66)	(72)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**136.398**	**133.007**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.356	5.421
Valor adicionado total a distribuir	**141.754**	**138.428**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**2.397**	**1.897**
Remunerações	806	634
Férias e 13º Salário	188	149
Encargos sociais (Exceto INSS)	78	62
Benefícios	349	283
Administradores	976	769
Impostos, taxas e contribuições	**46.528**	**16.016**
INSS (Sobre folha de pagamento)	264	215
ICMS	154	25
PIS/COFINS s/faturamento	13.759	5.839
Tributos sobre o lucro	28.716	6.696
Obrigações intrassetoriais	3.616	3.234
Outros	19	7
Remuneração de capitais de terceiros	**36.727**	**41.561**
Encargos de dívida e variação monetária	35.198	39.753
Outras	1.529	1.808
Remuneração de capitais próprios	**56.102**	**78.954**
Lucro retido do exercício	42.778	60.203
Dividendos	13.324	18.751
Valor adicionado distribuído	**141.754**	**138.428**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas explicativas	Capital social	Reservas: Reserva legal	Reservas: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**174.095**	**25.412**	**135.873**	–	**335.380**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	78.954	78.954
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		–	3.948	–	(3.948)	–
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		–	–	–	(18.751)	- 18.751
Constituição reserva de retenção de lucros		–	–	56.255	(56.255)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13	**174.095**	**29.360**	**192.128**	–	**395.583**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	56.102	56.102
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		–	2.805	–	(2.805)	–
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		–	–	–	(13.324)	(13.324)
Constituição reserva de retenção de lucros		–	–	39.973	(39.973)	–
Constituição dividendos adicionais	13.c	–	–	(47.393)	–	(47.393)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13	**174.095**	**32.165**	**184.708**	–	**390.968**

Notas explicativas às demonstrações financeiras ***(Em milhares de Reais–R$, exceto quando indicado de outra forma):*** **1 Informações gerais: 1.1 Contexto operacional:** A Goiás Transmissão S.A. ("GOIÁS" ou "Companhia"), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio Goiás Transmissão, atualmente formado por Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% e por Furnas Centrais Elétricas S.A., controlada pela Eletrobras, com 49%, vencedor do Lote A do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 002/2010–ANEEL. Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica localizadas no Estado de Goiás. **1.2 Da concessão:** No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 002/2010–ANEEL–Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão: (i) LT 500 kV, CD SE Rio Verde Norte–SE Trindade com 187 km; (ii) LT 230 kV CD SE Trindade–SE Xavantes com 37 km; (iii) LT 230 kV CS SE Trindade–SE Carajás com 30 km; (iv) Subestação Trindade em 500/230 kV e (v) Entradas de linha, interligação de barras, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações acima entraram em operação comercial em outubro de 2013. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial. Conforme a Resolução Homologatória nº 3.216/2023, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo tarifário julho/2023 a junho/2024, é de R$97.757 (R$85.356 ciclo julho/2022 a junho/2023), incluindo as contribuições reembolsáveis (PIS e COFINS). Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Concessão, em intervalos de cinco anos durante o período de concessão, no 5º, 10º e 15º ano, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão onde será revisado o custo de capital de terceiros, sendo que a revisão tarifária periódica do 15º ano ocorrerá em julho de 2026. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade da Companhia, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida. A Aneel por meio da Resolução Autorizativa nº. 9.997/2021, outorgou o reforço para a instalação do 1º reator de barra 500 kV da SE Trindade. A construção da ampliação teve início em janeiro de 2022 e as instalações entraram em operação comercial em abril de 2023. Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão (RGR)–Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional. Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)–Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pela ANEEL no percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)–Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto do Contrato de Concessão, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração estima que o valor histórico de indenização é de R$ 139.520, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais. A reversão dos bens da concessão ao Poder Concedente ocorrerá após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os artigos 6 e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2023, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. **2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2024. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: ***(i) Contabilização de contratos de concessão:*** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. ***(ii) Reconhecimento do ativo de contrato:*** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa nº 1.2. ***(iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato:*** A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 6,59% a.a. para a implantação do projeto e de 5,85% a.a. para a ampliação. **3 Principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras: **a. Receita operacional:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: • Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada por meio de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado pelo regime de competência. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. • Receita de remuneração ativo de concessão Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. • Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **b. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(i) Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. *Custo amortizado:* São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (redução ao valor recuperável de ativos). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Caixa e bancos", "Contas a receber (ativo de contrato)", "Concessionárias e permissionárias" e "Outros créditos". *Valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Aplicações financeiras". ***(ii) Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam "Outras contas a pagar", "Fornecedores", "Debêntures", "Dividendos" e "Obrigações estimadas". **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **d. Concessionárias e permissionárias:** Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL). **e. Ativo de contrato:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47–Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. **f. Despesas antecipadas:** Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices. **g. Demais ativos circulante e não circulante:** São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas. **h. Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente. **i. Impostos e contribuições:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real, a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais. **j. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment"):** A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **k. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). **l. Resultado por ação:** O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia. **m. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"):** A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros. **n. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS–***International Financial Reporting Standards*** (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09–Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação

GOIÁS TRANSMISSÃO S/A

CNPJ: 11.708.279/0001-89

de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.1 Normas e interpretações novas e revisadas: Novas normas aplicadas a partir de 01/01/2023:** No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis–CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments*	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/ IAS 12	Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com *Covenants*	
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de *leaseback*	01/01/2024
Alterações ao CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	5	5
Bancos	732	329
Aplicações financeiras	10.927	12.695
Total	**11.664**	**13.029**

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú – CDB-DI	CDB	98,23% CDI	10.927	12.695
Total			**10.927**	**12.695**

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa nº 20. **5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito):** Refere-se a aplicação restrita para garantia dos contratos de debêntures, conforme previsão contratual. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú	TOP DI FIC	93,99% CDI (*)	23.341	23.064
Total			**23.341**	**23.064**

(*) Rentabilidade relativa ao benchmark dos últimos 12 meses. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa nº 20. **6 Concessionárias e permissionárias:** Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	9.616	8.772
Total	**9.616**	**8.772**

7 Contas a receber (Ativo de contrato)

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2021	Remuneração pela construção do ativo de contrato (+)	Atualização/ remuneração do ativo de contrato (+)	Realização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022
Ativo de contrato	**691.948**	**18.482**	**122.997**	**(63.920)**	**769.507**
Circulante	58.337				65.181
Não circulante	633.611				704.326

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022	Remuneração pela construção do ativo de contrato (+)	Atualização/ remuneração do ativo de contrato (+)	Realização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2023
Ativo de contrato	**769.507**	**4.795**	**127.977**	**(72.721)**	**829.558**
Circulante	65.181				73.773
Não circulante	704.326				755.785

O ativo de contrato refere-se à prestação de serviços de construção, operação e manutenção das instalações de transmissão e estão classificadas como custo amortizado. **8 Transações com partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, seus diretores, seus conselheiros e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1)–Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir: **a. Prestação de serviços com Furnas Centrais Elétricas S.A.:** A Companhia possuía contrato de O&M com Furnas até dezembro de 2016, porém o serviço foi prestado até 05 de janeiro de 2017. O valor do serviço prestado após a finalização do contrato foi totalmente liquidado em outubro de 2023. **b. Remuneração dos administradores:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração dos administradores, totalizou R$976 (R$769 em 2022), sendo registrada como despesas gerais e administrativas.

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(768)	(635)
Encargos e benefícios	(208)	(134)
Total	**(976)**	**(769)**

c. Dividendos a pagar	31/12/2023	31/12/2022
Gebbras Participações Ltda	40.845	20.590
Furnas Centrais Elétricas S.A.	39.244	19.782
Total	**80.089**	**40.372**
Circulante	13.324	16.140
Não circulante	66.765	24.232

9 Fornecedores	31/12/2023	31/12/2022
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	1.190
Buriti Segurança Especializada S.A.	42	28
CEL Engenharia Ltda	681	-
H.F Teixeira Eireli	12	-
DC Engenharia Eireli	64	-
Outros	253	106
Total	**1.052**	**1.324**

10 Debêntures: A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples em 05 de julho de 2021, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R$325.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último em 15 de junho de 2033. Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento dos Contratos de Financiamentos junto ao BNDES e ao FCO, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 31, de 07 de janeiro de 2021, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) à distribuição de dividendos aos Acionistas.

a. Composição	Taxa anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures – 1ª emissão	**IPCA + 6,0548% a.a.**	**312.664**	**321.724**
Circulante		32.626	30.399
Não circulante		280.038	291.325

Segregação por ano de vencimento:

	2024	2025	2026	Demais anos	Total
Debêntures – 1ª Emissão	32.626	31.973	31.973	216.092	**312.664**

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**324.098**
Provisão de juros	21.665
Variação monetária	18.088
Apropriação custos de transação	885
(-) Amortização de principal	(22.067)
(-) Pagamento de juros	(20.945)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**321.724**
Provisão de juros	20.417
Variação monetária	14.781
Apropriação custos de transação	884
(-) Amortização de principal	(25.121)
(-) Pagamento de juros	(20.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**312.664**

b. Garantias: A Companhia, por meio do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças", cedeu e transferiu fiduciariamente, em garantia aos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 002/2010–ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 GOIAS TRA: CCO-2010-002 firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS. As intervenientes Gebbras e Furnas alienaram e transferiram fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade. **c. Covenants:** A escritura de debêntures contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento, a manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, a distribuição de dividendos, a cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos debenturistas. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos debenturistas, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. A escritura ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e ambientais. De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias. Caso o ICSD mínimo fique no intervalo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento mediante depósito em conta vinculada, do valor necessário ao atingimento do ICSD mínimo, o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD mínimo, de forma que sejam considerados em seu cálculo os valores depositados na conta de complementação do ICSD. A Companhia possui controles de acompanhamento e apuração anual dos covenants nas demonstrações contábeis regulatórias, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados descumprimentos de covenants.

11 Outras contas a pagar	31/12/2023	31/12/2022
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	1.009	688
Reserva global de reversão–RGR	505	563
Taxa de fiscalização – TFSEE	979	916
Antecipação aviso de crédito de clientes	3.163	170
Outros	379	428
Total	**6.035**	**2.765**

12 Provisões para riscos: A Companhia está envolvida em processos cíveis e tributários, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

	31/12/2023			31/12/2022		
Risco	**Cível**	**Tributário**	**Total**	**Cível**	**Tributário**	**Total**
Provável (a)	14	-	14	13	-	13
Possível (b)	3.241	19.635	22.876	5.222	18.938	24.160
	3.255	**19.635**	**22.890**	**5.235**	**18.938**	**24.173**

a) Processos prováveis: Composto por processo de indenização por instituição de servidão de passagem. **b) Processos possíveis:** Composto por, (i) um processo de ação anulatória de auto de infração referente a ICMS DIFAL no montante de R$ 19.635 (R$ 18.938 em 2022), (ii) um processo no valor de R$ 456 (R$ 380 em 2022) referente a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Goiás, pleiteando liminarmente a suspensão das obras da Linha de Transmissão e (iii) por diversos processos de indenização por instituição de servidão de passagem. **13 Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 174.095, representado por 315.195.200 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2023			31/12/2022		
Acionistas	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**
Gebbras Participações Ltda	160.749.552	51	88.788	160.749.552	51	88.788
Furnas–Centrais Elétricas S.A.	154.445.648	49	85.307	154.445.648	49	85.307
Total	**315.195.200**	**100**	**174.095**	**315.195.200**	**100**	**174.095**

b. Reservas de lucros: As reservas de lucros são compostas por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e é limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definição do estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	56.102	78.954
Reserva legal (5%)	(2.805)	(3.948)
Lucro líquido do exercício ajustado	**53.297**	**75.006**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	13.324	18.751
Reserva de retenção de lucros	39.973	56.255

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2022	**221.488**
Constituição reserva de lucros	42.778
Constituição de dividendos adicionais	(47.393)
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2023	**216.873**

Em 31 de dezembro de 2023, as reservas de lucros de R$ 216.873 ultrapassam em R$ 42.778 o capital social da Companhia que é de R$ 174.095. Em observância ao artigo 199 da Lei n°. 6.404/1976, a destinação das referidas reservas será definida na Assembleia de Acionistas, podendo ser constituído dividendos adicionais para distribuição aos Acionistas, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia ou destinado ao aumento do capital social. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e a Administração entende que este excesso de reservas de lucro não causa impacto negativo a terceiros, uma vez que a Companhia não possui acionistas minoritários. **c. Dividendos:** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuída, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou o pagamento de R$21.000, referente a dividendos de exercícios anteriores. A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2022	**40.372**
Pagamento de dividendos	(21.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	13.324
Dividendos adicionais	47.393
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023	**80.089**

14 Resultado por ação	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	56.102	78.954
Quantidade de ações ordinárias (em milhares)	315.195	315.195
Resultado por ação ordinária (em Reais)	**0,1780**	**0,2505**

Não há efeitos de diluição no cálculo do resultado por ação.

15 Receita líquida	31/12/2023	31/12/2022
Receita de remuneração ativo de contrato	127.977	122.997
Receita de construção	4.795	18.482
Receita de operação	19.914	18.489
Receita bruta	**152.686**	**159.968**
(-) PIS e COFINS	(13.759)	(5.839)
(-) Encargos regulatórios	(3.616)	(3.234)
Receita líquida	**135.311**	**150.895**

16 Despesas gerais e administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(935)	(751)
Administradores	(976)	(769)
Material	(8)	(1)
Serviços de terceiros	(852)	(896)
Seguros	(18)	(31)
Tributos	(4)	(7)
Depreciação	(66)	(72)
Outras despesas e receitas operacionais	(183)	4
Total	**(3.042)**	**(2.523)**

17 Resultado financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	5.583	5.189
PIS/COFINS s/receitas financeiras	(262)	-
Outras receitas financeiras	35	232
	5.356	**5.421**
Despesas financeiras		
Juros s/ debêntures	(20.417)	(21.665)
Atualizações monetárias	(14.901)	(18.465)
Outras despesas financeiras	(1.408)	(1.431)
	(36.726)	**(41.561)**
Total do resultado financeiro	**(31.370)**	**(36.140)**

18 Impostos e contribuições: a. Tributos diferidos

Natureza dos tributos	31/12/2023	31/12/2022
PIS diferido	5.993	5.002
COFINS diferido	27.649	23.085
IRPJ diferido	35.073	15.390
CSLL diferido	15.397	8.311
	84.112	**51.788**

b. Imposto de renda e contribuição social: Em 2023 a Companhia passou a adotar a tributação com base no lucro real, por esse motivo não está sendo apresentado o saldo comparativo em 31 de dezembro de 2022.

Reconciliação da alíquota efetiva	31/12/2023
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	84.819
Alíquota nominal	34,00%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(28.838)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro	122
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	**(26.769)**
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	**(1.947)**
Alíquota efetiva	33,86%
Total de IRPJ e CSLL	**(28.716)**

19 Custos: a. Custos de construção: Referem-se a implantação de reforços em instalações de transmissão de sua responsabilidade, referente a instalação do 1º reator de barra 500 kV da SE Trindade. Os custos representam essencialmente os valores pagos às empresas contratadas para a construção da ampliação. As instalações entraram em operação comercial em abril de 2023, desta forma não irão mais gerar custos de construção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o custo de construção apurado foi de R$ 4.620 (R$17.807 em 31 de dezembro de 2022).

b. Custos de operação e manutenção	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(750)	(591)
Material	(784)	(394)
Serviços de terceiros	(7.457)	(6.811)
Arrendamentos e aluguéis	(35)	(23)
Seguros	(510)	(411)
Outros custos de operação e manutenção	(1.925)	(545)
Total	**(11.461)**	**(8.775)**

20 Instrumentos financeiros: a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	11.664	1
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	23.341	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	9.616	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	829.558	
Outros créditos	Custo amortizado	987	
		875.166	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Debêntures	Custo amortizado	312.664	
Fornecedores	Custo amortizado	1.052	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	80.089	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	6.035	
		399.840	

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	13.029	1
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	23.064	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	8.772	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	769.507	
Outros créditos	Custo amortizado	341	
		814.713	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Debêntures	Custo amortizado	321.724	
Fornecedores	Custo amortizado	1.324	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	40.372	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.765	
		366.186	

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 1. Para determinação do valor, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. Hierarquia do valor justo: Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir: Nível 1–Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. Nível 2–Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3–Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **c. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. ***(i) Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS. ***(ii) Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade. O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, incluindo a projeção de correção monetária e juros futuros, em 31 de dezembro de 2023.

	Total	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Mais de 2 anos
Fornecedores	1.052	1.052	-	-
Debêntures	337.141	51.292	103.415	182.434

(iii) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado–tais como as taxas de juros e os preços de ações–irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. *Riscos relacionados às aplicações financeiras:* A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco. *Riscos relacionados à taxa de juros:* Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros. **d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas de juros prefixadas e atreladas à variação do CDI e do IPCA. Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (debêntures e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2023, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco. Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,03	9,77	6,52
Aplicações financeiras		34.268	4.465	3.348	2.233
Impacto no resultado			-	(1.117)	(2.232)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN. Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA		4,72	5,90	7,08
Debêntures		312.664	14.758	18.447	22.137
Impacto no resultado			-	(3.689)	(7.379)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil–BACEN. **21 Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores / Seguro D&O (*)	30.000	30/04/2023 a 30/04/2024
Risco operacional	105.353	30/04/2023 a 30/04/2024
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2023 a 30/04/2024

(*) Apólice unificada com outras Companhias do Grupo. **22 Questões ambientais:** As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, do Estado de Goiás, estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia. **23 Eventos subsequentes – Incorporação do acionista Furnas pela Eletrobras:** As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, controlador do acionista Furnas, aprovou em 11 de janeiro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a autorização aos administradores da Eletrobras a praticarem todos os atos necessários à implementação da Incorporação de Furnas pela Eletrobras, com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2024.

Gersino Saragosa Guerra–Diretor Administrativo-Financeiro; Antônio Costa e Costa–Diretor Técnico; Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S – Leandro Borges Jordão–Contador–CRC GO-001605/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Goiás Transmissão S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Goiás Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goiás Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade–CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09–Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2024. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU–Auditores Independentes Ltda.–CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ; Diego Wailer da Silva–Contador–CRC nº 1 RS 074562/O-3.

TER
TRANSENERGIA RENOVÁVEL

Transenergia Renovável S.A.

CNPJ nº 10.553.895/0001-45

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: **CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação da Assembleia de Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A **Transenergia Renovável S.A.** reafirma seu compromisso com a excelência na implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como agradece a colaboração dos seus Acionistas, Membros do Conselho de Administração, Colaboradores, Fornecedores, Financiadores e Órgãos Reguladores e Governamentais. **Conselho de Administração: 1. HISTÓRICO:** A **Transenergia Renovável S.A.**, constituída em 18 de dezembro de 2008, é uma sociedade por ações de capital fechado, seus propósitos são específicos (SPE), atuando no setor de transmissão de energia elétrica é responsável pela construção, operação e manutenção das instalações sob sua concessão na Região Centro-Oeste do Brasil, nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica–ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia–MME. Seu controle acionário é detido pela Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% de participação e por Furnas Centrais Elétricas S.A., controlada pela Eletrobras, com 49%. Em 23 de abril de 2009, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 009/2009 – ANEEL, com prazo de concessão de 30 anos para a Rede Básica. A conclusão da implantação e a operação comercial das instalações vinculadas ao seu contrato de concessão ocorreu entre abril de 2011 e maio de 2013. Em cumprimento ao Despacho n°. 1.355/2021, a Companhia celebrou o 5° Termo Aditivo ao Contrato de Concessão n°. 009/2009, cujo objetivo é formalizar recomposição do prazo da concessão, mediante o acréscimo de 399 (trezentos e noventa e nove) dias ao prazo da concessão, alterando o seu término para 26 de maio de 2040. Em conformidade com o referido Despacho, a ANEEL, por meio do Ofício Circular 09/2023- SCT/ANEEL, determinou que os 10 (dez) Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão – CCTs, que versam sobre as ICGs e IEGs sob a concessão da Companhia, fossem prorrogados por igual período, com o objetivo de alterar a data de término de 30 de junho de 2025 para 04 de agosto de 2026. **2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Dados Econômico-financeiros	2023	2022
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	115.863	59.996
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	100.504	53.749
Resultado Financeiro (R$ mil)	(8.017)	(10.959)
Lucro Líquido do Exercício (R$ mil)	51.878	24.244
Ativo Total (R$ mil)	356.305	320.696
Dívida Bruta (R$ mil)	95.197	108.490
Dívida Líquida (R$ mil) (*)	62.842	86.395
Patrimônio Líquido (R$ mil)	207.272	182.165

* Dívida Líquida de Disponibilidades e Aplicações Financeiras

3. ENDIVIDAMENTO

	Taxa anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures – 1ª emissão	IPCA + 6,0405% a.a.	95.197	108.490
Circulante		9.934	10.251
Não circulante		85.263	98.239

4. CAPITAL SOCIAL: O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, é de R$ 158.600.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões e seiscentos mil reais), representado por 220.600.000 ações ordinárias, sem valor nominal. **5. AUDITORES INDEPENDENTES:** Nos termos da Instrução CVM nº. 308/99, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis para atendimento às exigências regulatórias da ANEEL. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO–2023

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselheiros Titulares:		
Presidente	**De**	**Até**
Fernando Augusto Rojas Pinto	01/01/2023	31/12/2023
Vice-Presidente		
Victor Hugo Góes Ricco	01/01/2023	31/12/2023
Membros		
Flávio Cesar Guimarães Ávila	01/01/2023	31/12/2023
Lina Patricia Coy Calixto	01/01/2023	31/03/2023
Diego Alejandro Forero Beltrán	01/04/2023	31/12/2023
Conselheiros Suplentes		
Lina Patricia Coy Calixto	01/04/2023	03/11/2023
Miguel Angel Rojas Torres	01/01/2023	31/12/2023

DIRETORIA

Diretor Presidente	De	Até
José Mauro Martins Leone	01/01/2023	08/03/2023
Gersino Saragosa Guerra	09/03/2023	31/12/2023
Diretor Técnico	**De**	**Até**
Antonio Costa e Costa	01/01/2023	31/12/2023

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.688	8.631
Concessionárias e permissionárias	6	9.311	8.170
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	60.726	58.767
Outros créditos		1.403	380
Total do ativo circulante		**91.128**	**75.948**
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	5	12.667	13.464
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	251.678	230.555
Cauções e depósitos restritos		457	457
Imobilizado		375	272
Total do ativo não circulante		**265.177**	**244.748**
Total do ativo		**356.305**	**320.696**
Passivo	**Nota explicativa**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Passivo circulante			
Fornecedores	9	1.081	334
Debêntures	10	9.934	10.251
Impostos correntes a pagar		1.880	1.060
Dividendos a pagar	8.b	12.321	5.551
Outras contas a pagar	11	4.044	3.625
Total do passivo circulante		**29.260**	**20.821**
Passivo não circulante			
Debêntures	10	85.263	98.239
Tributos diferidos	18.a	34.510	19.471
Total do passivo não circulante		**119.773**	**117.710**
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	158.600	158.600
Reserva de lucros	13.b	48.672	23.565
Total do patrimônio líquido		**207.272**	**182.165**
Total do passivo e patrimônio líquido		**356.305**	**320.696**

Demonstrações do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)*

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Receita líquida	15	100.504	53.749
Custos de operação e manutenção	19	(11.708)	(11.953)
Lucro bruto		**88.796**	**41.796**
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração do pessoal		(174)	(274)
Remuneração dos administradores	8.a	(1.027)	(825)
Serviços de terceiros		(888)	(2.007)
Outras receitas e despesas operacionais		(270)	(358)
Total das despesas gerais e administrativas	16	**(2.359)**	**(3.464)**
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		**86.437**	**38.332**
Receitas financeiras		4.143	3.840
Despesas financeiras		(12.160)	(14.799)
Resultado financeiro líquido	17	**(8.017)**	**(10.959)**
Lucro antes dos impostos		**78.420**	**27.373**
Imposto de renda e contribuição social		(26.542)	(3.129)
Lucro líquido do exercício		**51.878**	**24.244**
Resultado por ação - em reais	14	**0,2352**	**0,1099**

Demonstrações do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	51.878	24.244
Total do resultado abrangente do exercício	**51.878**	**24.244**

Demonstrações do valor adicionado Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	30.048	19.474
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	85.815	40.522
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(12.388)	(13.789)
Valor adicionado bruto	**103.475**	**46.207**
Depreciação e amortização	(29)	(43)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**103.446**	**46.164**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.143	3.840
Valor adicionado total a distribuir	**107.589**	**50.004**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**1.532**	**1.452**
Remunerações	299	359
Férias e 13º Salário	62	92
Encargos sociais (Exceto INSS)	28	33
Benefícios	116	143
Administradores	1.027	825
Impostos, taxas e contribuições	**42.019**	**9.510**
INSS (Sobre folha de pagamento)	97	114
ICMS	19	13
PIS/COFINS s/faturamento	10.593	2.190
Tributos sobre o lucro	26.542	3.129
Obrigações intrassetoriais	4.766	4.057
Outros	2	7
Remuneração de capitais de terceiros	**12.160**	**14.798**
Encargos de dívida e variação monetária	11.664	14.332
Outras	496	466
Remuneração de capitais próprios	**51.878**	**24.244**
Lucro retido do exercício	39.557	18.486
Dividendos	12.321	5.758
Valor adicionado distribuído	**107.589**	**50.004**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		51.878	24.244
Ajustes em:			
PIS e COFINS Diferidos		2.135	(634)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		12.903	(535)
Remuneração do ativo de contrato	7	(85.815)	(40.522)
Juros, variação monetária e custo de transação sobre debêntures	10.a	11.855	14.560
Depreciação		29	43
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	62.733	57.889
Concessionárias e permissionárias		(1.141)	(241)
Outros créditos e outros ativos		(1.023)	(3)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		747	(107)
Impostos correntes a pagar		13.220	2.956
Outras contas a pagar		419	720
Pagamento de debêntures - juros	10.a	(6.567)	(7.366)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.400)	(2.997)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**48.973**	**48.007**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		797	(2.083)
Aquisição de imobilizado		(132)	(20)
Caixa líquido gerado/aplicado pelas atividades de investimento		**665**	**(2.103)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	13.c	(20.000)	(28.900)
Pagamento de debêntures - principal	10.a	(18.581)	(17.403)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(38.581)**	**(46.303)**
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		**11.057**	**(399)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	8.631	9.030
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	19.688	8.631
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		**11.057**	**(399)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas explicativas	Capital social	Reservas: Reserva legal	Reservas: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**158.600**	**5.079**	**21.682**	-	**185.361**
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	(21.682)	(207)	(21.889)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	24.244	24.244
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal		-	1.212	-	(1.212)	-
Dividendo mínimo obrigatório por ação		-	-	-	(5.551)	(5.551)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	17.274	(17.274)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**158.600**	**6.291**	**17.274**	-	**182.165**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	51.878	51.878
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal		-	2.594	-	(2.594)	-
Dividendo mínimo obrigatório por ação		-	-	-	(12.321)	(12.321)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	36.963	(36.963)	-
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	(14.450)	-	(14.450)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13	**158.600**	**8.885**	**39.787**	-	**207.272**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Transenergia Renovável S.A. ("TER" ou "Companhia"), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 18 de dezembro de 2008 sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio Transenergia Renovável, atualmente formado por Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% e por Furnas Centrais Elétricas S.A., controlada pela Eletrobras, com 49%, vencedor do Lote C do Leilão nº 008/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)), para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 009/2009 - ANEEL. Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão e subestações localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o objetivo de escoar a energia excedente dos processos de cogeração de sete usinas de açúcar e álcool presentes na região. **1.2 Da concessão:** No dia 23 de abril de 2009, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 009/2009 - ANEEL - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão de energia elétrica, que se encontram em operação e estão distribuídas em áreas dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: **(i)** LT 230 kV CD Chapadão – Jataí com 138 km e LT Morro Vermelho - Alto Taquari com 30 km, localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; **(ii)** LT 230 kV CS Barra dos Coqueiros – Quirinópolis com 52 km, localizada no Estado de Goiás; **(iii)** LT 230 kV CS Palmeiras – Edeia com 59 km, localizada no Estado de Goiás; **(iv)** Implantação e ampliação das subestações associadas, localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e; **(v)** Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo das Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e Instalações de Interesse Exclusivo e Caráter Individual das Centrais de Geração (IEG), referentes à LT Chapadão - Jataí; à LT Morro Vermelho - Alto Taquari; e à LT Edeia - Tropical Bioenergia I. As instalações acima entraram em operação comercial nas seguintes datas: LT Chapadão – Jataí entrou em operação em dezembro de 2012, LT Morro Vermelho – Alto Taquari entrou em operação em março de 2013, LT Barra dos Coqueiros – Quirinópolis entrou em operação em abril de 2011 e a LT Palmeiras – Edéia entrou em operação parcial em fevereiro de 2012 e total em maio de 2013. Os equipamentos e as instalações relativos a ICG e IEG deverão ser transferidos, sem ônus, à concessionária de distribuição local, exceto os transformadores integrantes das ICG e suas conexões. Após a transferência dos ativos ICG e IEG, a Companhia deverá assinar o Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) relativos aos pontos de conexão com a rede básica com a concessionária de distribuição em substituição aos CCT pactuados entre a Companhia e as centrais de geração. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.216/2023, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo tarifário julho/2023 a junho/2024, é de R$89.305 (R$80.929 no ciclo julho/2022 a junho/2023), incluindo as contribuições reembolsáveis (PIS e COFINS). Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Concessão, em intervalos de cinco anos durante o período de concessão, no 5º, 10º e 15º ano, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão onde será revisado o custo de capital de terceiros, sendo que a revisão tarifária periódica do 15º ano ocorrerá em julho de 2024. Quando do encerramento do recebimento da RAP referente as ICG e IEG, os valores considerados nos fluxos de caixa futuros serão reduzidos em 69%, consequentemente a RAP representará R$27.684 do valor total atual definido pela ANEEL. Conforme previsto no Contrato de Concessão, o atraso na construção das linhas de transmissão incorrido por ocorrências não imputáveis à transmissora não resulta em penalidades por parte das autoridades reguladoras à concessionária. Nesse sentido, a Companhia formalizou o pleito de alteração do cronograma de implantação do empreendimento, por entender que o atraso no término das obras se deu por situações não imputáveis à transmissora. Por meio do Despacho n°. 1.355/2021, a ANEEL decidiu por dar parcial provimento ao requerimento protocolado pela Companhia, aprovando a recomposição do prazo de concessão em 399 (trezentos e noventa e nove) dias. Em razão da referida decisão, foi celebrado o 5° Termo Aditivo ao Contrato de Concessão n°. 009/2009, que alterou para 26 de maio de 2040 a data do término da concessão. A ANEEL, por meio do Ofício Circular n° 9/2023-SCT/ANEEL, de 22 de março de 2023, informou sobre a necessidade dos CCT que regulam a exploração das ICG e das IEG serem prorrogados pelo prazo de 399 dias, em cumprimento ao Despacho supracitado. A prorrogação da vigência dos CCT, já formalizada pela Companhia com os usuários destas instalações, resultou na postergação da data da transferência destes ativos de 01 de julho de 2025 para 04 de agosto de 2026. Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional. Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pela Aneel, no percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto do Contrato de Concessão, nos termos da Resolução Normativa n° 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração estima que o valor histórico de indenização é de R$40.043, valor este correspondente a estimativa do valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais. A reversão dos bens da concessão ao Poder Concedente ocorrerá após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõe os artigos. 6º e 11º da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2023, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. **2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2024. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: ***(i) Contabilização de contratos de concessão:*** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. ***(ii) Reconhecimento do ativo de contrato:*** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa 1.2. ***(iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato:*** A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 7,05% a.a. **3 Principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras: **a. Receita operacional:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: • Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada vés de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado pelo regime de competência. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. • Receita de remuneração ativo de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. • Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **b. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(i) Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. *Custo amortizado:* São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (redução ao valor recuperável de ativos). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Caixa e bancos", "Contas a receber (ativo de contrato)", "Concessionárias e permissionárias" e "Outros créditos". *Valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Aplicações financeiras". ***(ii) Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam "Outras contas a pagar", "Fornecedores", "Debêntures", "Dividendos" e "Obrigações estimadas". **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **d. Concessionárias e permissionárias:** Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL), Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo e Caráter Individual das Centrais de Geração (IEG) e Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo das Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG). **e. Ativo de contrato:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. **f. Despesas antecipadas:** Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices. **g. Demais ativos circulante e não circulante:** São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas. **h. Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente. **i. Impostos e contribuições:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real, a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais. **j. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment"):** A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **k. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada

Transenergia Renovável S.A.

CNPJ nº 10.553.895/0001-45

com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). **l. Resultado por ação:** O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia. **m. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"):** A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros. **n. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS - *International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.1 Normas e interpretações novas e revisadas: Novas normas aplicadas a partir de 01/01/2023:** No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments*	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/ IAS 12	Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com *Covenants*	
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de *leaseback*	01/01/2024
Alterações ao CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	3	3
Bancos	188	414
Aplicações financeiras	19.497	8.214
Total	**19.688**	**8.631**

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú	CDB DI	99,74% CDI	19.497	8.214
Total			**19.497**	**8.214**

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa de n° 20.

5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito): Refere-se a aplicação restrita para garantia dos contratos de debêntures, conforme previsão contratual. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú	Fundo TOP REF DI	93,99% CDI (*)	12.667	13.464
Total			**12.667**	**13.464**

(*) Rentabilidade relativa ao benchmark dos últimos 12 meses.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa de n° 20. **6 Concessionárias e permissionárias:** Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	9.311	8.170
Total	**9.311**	**8.170**

7 Contas a receber (Ativo de contrato)

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2021	Atualização/ remuneração do ativo de contrato	Realização do ativo de contrato	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022
		(+)	(-)	
Ativo de contrato	**306.689**	**40.522**	**(57.889)**	**289.322**
Circulante	52.838			58.767
Não circulante	253.851			230.555

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022	Atualização/ remuneração do ativo de contrato	Realização do ativo de contrato	Saldo ativo de contrato em 31/12/2023
		(+)	(-)	
Ativo de contrato	**289.322**	**85.815**	**(62.733)**	**312.404**
Circulante	58.767			60.726
Não circulante	230.555			251.678

O ativo de contrato refere-se à prestação de serviços de construção, operação e manutenção das instalações de transmissão e estão classificadas como custo amortizado.

8 Transações com partes relacionadas: A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, as outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus diretores, seus conselheiros e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir: **a. Remuneração dos administradores:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração dos administradores, totalizou R$1.027 (R$825 em 2022), sendo registrada como despesas administrativas no resultado.

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(815)	(673)
Encargos e benefícios	(212)	(152)
Total	**(1.027)**	**(825)**

b. Dividendos a pagar	31/12/2023	31/12/2022
Gebbras Participações Ltda	6.284	2.831
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.037	2.720
Total	**12.321**	**5.551**

9 Fornecedores	31/12/2023	31/12/2022
STK Sistemas do Brasil Ltda	50	50
Buriti Serviços Empresariais Ltda	79	57
Buriti Segurança Especializada Ltda	120	76
CEL Engenharia Ltda	593	-
Outros	239	151
Total	**1.081**	**334**

10 Debêntures: A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples em 05 de julho de 2021, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R$123.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último em 15 de junho de 2033. Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 3.664 de 23 de dezembro de 2020, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) à distribuição de dividendos aos Acionistas.

a. Composição:	Taxa anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures – 1ª emissão	**IPCA + 6,0405% a.a.**	**95.197**	**108.490**
Circulante		9.934	10.251
Não circulante		85.263	98.239

Segregação por ano de vencimento:

	2024	2025	2026	Demais anos	Total
Debêntures – 1ª emissão	9.934	10.234	10.234	64.795	**95.197**

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**118.699**
Provisão de juros	7.712
Variação monetária	6.568
Apropriação custos de transação	280
(-) Amortização de principal	(17.403)
(-) Pagamento de juros	(7.366)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**108.490**
Provisão de juros	6.671
Variação monetária	4.904
Apropriação custos de transação	280
(-) Amortização de principal	(18.581)
(-) Pagamento de juros	(6.567)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**95.197**

c. Garantias: A Companhia, por meio do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças", cedeu e transferiu fiduciariamente, em garantia aos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2009 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 013/2009 firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. As intervenientes Gebbras e Furnas alienaram e transferiram fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade. **d. Covenants:** A escritura de debêntures contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento, a manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, a distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos debenturistas. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos debenturistas, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. A escritura ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e ambientais. De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias. Caso o ICSD mínimo fique no intervalor de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento mediante depósito em conta vinculada, do valor necessário ao atingimento do ICSD mínimo, o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD mínimo, de forma que sejam considerados em seu cálculo os valores depositados na conta de complementação do ICSD. A Companhia possui controles de acompanhamento e apuração anual dos covenants nas demonstrações contábeis regulatórias, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados descumprimentos de covenants.

11 Outras contas a pagar	31/12/2023	31/12/2022
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	967	644
Reserva global de reversão - RGR	411	232
Taxa de fiscalização – TFSEE	1.304	1.240
Antecipação Aviso de crédito de clientes	-	700
Outros	1.362	809
Total	**4.044**	**3.625**

12 Provisões para riscos: A Companhia está envolvida em processos cíveis e fiscais, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

	31/12/2023			31/12/2022		
Risco	**Cível**	**Fiscal**	**Total**	**Cível**	**Fiscal**	**Total**
Possível (a)	3.767	2.141	5.908	3.438	2.059	5.497
	3.767	**2.141**	**5.908**	**3.438**	**2.059**	**5.497**

a. Processos possíveis: compõem-se basicamente de (i) um processo de R$3.168 (R$ 2.794 em 2022), movido pelo IBAMA, que alega que a Companhia deixou de atender condicionantes da licença de operação, (ii) um processo R$2.141 (R$ 2.059 em 2022) que requer o pagamento adicional de ICMS de substituição tributária sobre entradas de material elétrico no Estado de Goiás e (iii) processos de indenização por instituição de servidão de passagem no montante de R$599 (R$ 644 em 2022). **13 Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 158.600, representado por 220.600.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2023			31/12/2022		
Acionistas	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**
Gebbras Participações Ltda	112.506.000	51	80.886	112.506.000	51	80.886
Furnas Centrais Elétricas S.A.	108.094.000	49	77.714	108.094.999	49	77.714
Total	**220.600.000**	**100**	**158.600**	**220.600.000**	**100**	**158.600**

b. Reserva de lucros: As reservas de lucros são compostas por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e é limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definição do estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária - AGO.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	51.878	24.244
Reserva legal (5%)	(2.594)	(1.212)
Lucro líquido do exercício ajustado	**49.284**	**23.032**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	12.321	5.758
Reserva de retenção de lucros	36.963	17.274

A movimentação das reservas de lucro está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2022	**23.565**
Distribuição de dividendos	(14.450)
Constituição reservas de lucros	39.557
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2023	**48.672**

c. Dividendos: Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é de que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuído, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou o pagamento de R$20.000, referente a dividendos de exercícios anteriores. A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2022	**5.551**
Pagamento de dividendos	(20.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	12.321
Dividendos adicionais reserva de retenção de lucros	14.450
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023	**12.321**

14 Resultado por ação	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	51.878	24.244
Quantidade de ações ordinárias (em milhares)	220.600	220.600
Resultado por ação ordinária (em Reais)	**0,2352**	**0,1099**

Não há efeitos de diluição no cálculo do resultado por ação.

15 Receita líquida	31/12/2023	31/12/2022
Receita de remuneração do ativo de contrato	85.815	40.522
Receita de operação	30.048	19.474
Receita bruta	115.863	59.996
(-) PIS e COFINS	(10.593)	(2.190)
(-) Encargos regulatórios	(4.766)	(4.057)
Receita líquida	**100.504**	**53.749**

16 Despesas gerais e administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(174)	(274)
Administradores	(1.027)	(825)
Material	(14)	(6)
Serviços de terceiros	(888)	(2.007)
Seguros	(21)	(33)
Tributos	-	(1)
Depreciação	(29)	(43)
Outras despesas e receitas operacionais	(206)	(275)
Total	**(2.359)**	**(3.464)**

17 Resultado Financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	4.333	3.818
PIS/COFINS s/receitas financeiras	(202)	-
Outras receitas financeiras	12	22
	4.143	**3.840**
Despesas financeiras		
Juros s/debêntures	(6.671)	(7.712)
Atualizações monetárias	(4.992)	(6.621)
Outras despesas financeiras	(497)	(466)
	(12.160)	**(14.799)**
Total do resultado financeiro	**(8.017)**	**(10.959)**

18 Impostos e contribuições: a. Tributos diferidos

Natureza dos tributos	31/12/2023	31/12/2022
PIS diferido	2.261	1.881
COFINS diferido	10.434	8.680
IRPJ diferido	15.274	5.786
CSLL diferido	6.541	3.124
	34.510	**19.471**

b. Imposto de renda e contribuição social: Em 2023 a Companhia passou a adotar a tributação com base no lucro real, por esse motivo não está sendo apresentado o saldo comparativo em 31 de dezembro de 2022.

Reconciliação da alíquota efetiva	31/12/2023
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	78.419
Alíquota nominal	34,00%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(26.662)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro	121
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	**(12.903)**
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	**(13.638)**
Alíquota efetiva	33,85%
Total de IRPJ e CSLL	**(26.541)**

19 Custo de operação e manutenção	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(428)	(467)
Material	(325)	(189)
Serviços de terceiros	(10.289)	(10.457)
Arrendamentos e aluguéis	(240)	(134)
Seguros	(157)	(120)
Recuperação de custos	163	400
Outros custos de operação e manutenção	(432)	(986)
Total	**(11.708)**	**(11.953)**

20 Instrumentos financeiros: a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023	**Classificação de acordo com o CPC 48**	**Valor contábil de acordo com o CPC 48**	**Nível valor justo**
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/ Valor justo por meio do resultado	19.688	1
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	12.667	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	9.311	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	312.404	
Outros créditos	Custo amortizado	1.403	
		355.473	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023	**Classificação de acordo com o CPC 48**	**Valor contábil de acordo com o CPC 48**	**Nível valor justo**
Debêntures	Custo amortizado	95.197	
Fornecedores	Custo amortizado	1.081	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	12.321	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	4.044	
		112.643	

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022	**Classificação de acordo com o CPC 48**	**Valor contábil de acordo com o CPC 48**	**Nível valor justo**
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/ Valor justo por meio do resultado	8.631	1
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	13.464	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	8.170	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	289.322	
Outros créditos	Custo amortizado	347	
		319.934	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022	**Classificação de acordo com o CPC 48**	**Valor contábil de acordo com o CPC 48**	**Nível valor justo**
Debêntures	Custo amortizado	108.490	
Fornecedores	Custo amortizado	334	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	5.551	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.937	
		117.312	

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 1. Para determinação do valor, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. Hierarquia do valor justo : Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **c. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. ***(i) Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. ***(ii) Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade. O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, incluindo a projeção de correção monetária e juros futuros, em 31 de dezembro de 2023.

	Total	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Mais de 2 anos
Fornecedores	1.081	1.081	-	-
Debêntures	102.883	28.762	49.626	24.496

(iii) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. *Riscos relacionados às aplicações financeiras:* A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco. *Riscos relacionados à taxa de juros:* Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros. ***d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:*** As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas de juros prefixadas e atreladas à variação do CDI e da IPCA. Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (debêntures e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2023, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco. Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	**Risco**	**Exposição**	**Cenário provável (*)**	**Queda de 25%**	**Queda de 50%**
CDI (%)	Redução do CDI		13,03	9,77	6,52
Aplicações financeiras		32.164	4.191	3.143	2.096
Impacto no resultado			-	(1.048)	(2.095)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	**Risco**	**Exposição**	**Cenário provável (*)**	**Aumento de 25%**	**Aumento de 50%**
IPCA (%)	Aumento do IPCA		4,72	5,90	7,08
Debêntures		95.197	4.493	5.617	6.740
Impacto no resultado			-	(1.124)	(2.247)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

21 Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores / Seguro D&O (*)	30.000	30/04/2023 a 30/04/2024
Risco operacional	39.325	30/04/2023 a 30/04/2024
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2023 a 30/04/2024

(*) Apólice unificada com outras Companhias do Grupo

22 Questões ambientais: As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA do Estado de Goiás e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia. **23 Eventos subsequentes – Incorporação do acionista Furnas pela Eletrobras:** As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, controlador do acionista Furnas, aprovou em 11 de janeiro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a autorização aos administradores da Eletrobras a praticarem todos os atos necessários à implementação da Incorporação de Furnas pela Eletrobras, com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2024.

Gersino Saragosa Guerra - Diretor Presidente;
Antônio Costa e Costa - Diretor Técnico.
Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
Leandro Borges Jordão - Contador - CRC GO-001605/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Transenergia Renovável S.A.. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Transenergia Renovável S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transenergia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião :** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado :* As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2024. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ; Diego Wailer da Silva - Contador - CRC nº 1 RS 074562/O-3.